

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cia de Ferro Ligas da Bahia S.A. – FERBASA (“Ferbasa” ou “Companhia”) é uma sociedade de capital aberto, com sede em Pojuca - BA, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e possui ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). A Ferbasa iniciou suas atividades em 23 de fevereiro de 1961 e atua de forma sustentável nas áreas de mineração de cromita, de metalurgia na produção de ferroligas, de recursos florestais renováveis e na geração de energia eólica, todas no Estado da Bahia. Sua controladora é a Fundação José Carvalho, entidade sem fins lucrativos e com prazo de duração indeterminado, tendo por objetivo primordial proporcionar educação de qualidade a crianças e jovens carentes.

Em 2 de abril de 2018, a Ferbasa adquiriu a BW Guirapá I S.A. (“BW Guirapá”), o que inclui indiretamente a aquisição de 100% das ações das sete Centrais Eólicas do Complexo Guirapá. O Complexo Eólico Guirapá está localizado no Estado da Bahia, possui capacidade instalada total de 170,2 MW, prazo de autorização de funcionamento de 35 anos e energia contratada por 20 anos, por meio do Leilão de Energia de Reserva realizado em 2011, cujos contratos expiram em 2034. A partir dessa data, a Companhia passou a deter o controle direto da BW Guirapá e a titularidade de todas as ações, cujas informações estão detalhadas na nota explicativa nº 17.1. Esta aquisição está em linha com o Planejamento Estratégico da Companhia e visa garantir e implementar melhorias no processo e ciclo produtivo da Companhia.

As presentes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de fevereiro de 2020.

## **2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E BASE DE PREPARAÇÃO**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **2.2. Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de certos ativos imobilizados na data de transição para o CPC/IFRS, exceto para certos ativos e

passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos de proteção cambial) e ativos biológicos que são mensurados ao valor justo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

### **3. MOEDA FUNCIONAL E CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA**

A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas é o real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam, e mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou na data da avaliação, quando os itens são mensurados novamente. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

### **4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

#### **4.1. Ativo biológico**

O cálculo do valor justo do ativo biológico leva em consideração diversas premissas com significativo grau de julgamento, tais como, preço estimado de venda, quantidade cúbica de madeira, incremento médio anual por horto florestal e taxa de risco do negócio. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, conseqüentemente, na valorização desses ativos.

#### **4.2.Vida útil do ativo imobilizado**

Conforme descrito na nota explicativa nº 6.6, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado e a reserva lavrável estimada das minas, anualmente, no fim de cada período de relatório.

#### **4.3.Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso de informações obtidas juntos aos gestores de fundos ou instituições financeiras com os quais a Companhia mantém os instrumentos financeiros. Os valores justos, reconhecidos nas demonstrações financeiras, podem não representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no momento da liquidação das operações.

#### **4.4.Provisão para obsolescência de estoques**

A Companhia mantém provisões para obsolescência e giro lento, relacionadas aos itens sem rotatividade há mais de 5 anos. A determinação desta provisão é feita com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiências de eventos passados, além de especialistas da área, quando aplicável.

#### **4.5.Provisão para obrigações atuariais**

O valor atual das obrigações dos planos de benefício pós-emprego com característica de benefício definido, referentes ao plano de assistência médica, previdência privada, prêmio de aposentadoria e multa de FGTS, dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de benefícios pós-emprego, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de benefício pós-emprego (nota explicativa nº 24).

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar os planos de benefícios pós-emprego. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo. É adotada a taxa de descontos dos títulos compatíveis com o prazo médio estimado de pagamentos dos planos de benefícios pós-emprego – *duration*. Para os casos onde não há títulos públicos com a mesma *duration* avaliada para o plano, foi adotada a interpolação linear na estimativa.

#### **4.6.Provisão para contingências**

A Companhia tem a prática de gerenciar internamente suas demandas judiciais e utiliza-se de escritórios especializados de forma pontual, em geral em ações relacionadas à natureza tributária. A Companhia tem como procedimentos analisar, com base no histórico do pleito, qual é a expectativa de desembolso de caixa para cada uma das ações existentes e a respectiva probabilidade de perda. Dessa forma, o Departamento Jurídico elabora uma análise com base no valor da ação, do risco e da provisão necessária para registro nas demonstrações financeiras, sendo este valor normalmente destoante do valor da causa.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 28).

#### **4.7. Provisão para fechamento de minas e desmobilização**

A Companhia considera as estimativas dos custos de fechamento das minas e desmobilização como práticas contábeis críticas por envolver valores relevantes de provisão e por se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, tais como, taxa de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de sua exaustão e as datas projetadas de exaustão. Apesar das estimativas serem revistas anualmente, essa provisão requer a assunção de premissas para projetar os fluxos de caixa aplicáveis às operações.

### **5. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**

#### **5.1. Ativos financeiros**

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

##### **5.1.1. Custo amortizado**

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período (nota explicativa nº 5.4).

##### **5.1.2. Mensurados a valor justo por meio do resultado**

Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado (nota explicativa nº 5.4).

##### **5.1.3. Mensurados a valor justo por meio dos outros resultados abrangentes**

Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado (nota explicativa nº 5.4).

##### **5.1.4. Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros.

##### **5.1.5. *Impairment* de ativos financeiros**

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e

análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A Companhia apresenta a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros (Provisão para risco de crédito) dentro da linha de Despesas com Vendas na Demonstração do Resultado e na linha de provisão para risco de crédito na nota explicativa nº 33 para fins de detalhamento da demonstração do resultado por natureza.

#### **5.1.6. Desreconhecimento**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

### **5.2. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Companhia são representados por empréstimos e financiamentos e fornecedores, os quais são classificados na categoria de custo amortizado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### **5.3. Instrumentos financeiros derivativos de proteção cambial**

A Companhia utiliza instrumentos derivativos de proteção cambial (*hedge*). Estes instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que os contratos são celebrados e são subsequentemente remensurados aos seus valores justos.

O método para reconhecer contabilmente o ganho ou a perda resultante desta remensuração depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*, no caso da adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

A Companhia designa os derivativos como *hedge accounting*, quando relacionados às operações futuras altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa) e documenta no início da operação a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, bem como seus objetivos e estratégias de gestão de riscos. A Companhia também documenta, tanto no início do *hedge*, quanto em uma base contínua, se os derivativos que são usados em transações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no fluxo de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos que são designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida como "Ajuste de avaliação patrimonial" (em "Outros resultados abrangentes") no patrimônio líquido, descontados dos impostos diferidos. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado como "Resultado financeiro".

Os valores acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado nos períodos em que os contratos objeto de *hedge* são liquidados. Quando o *hedge* deixa de cumprir os critérios para *hedge accounting*, o mesmo é prospectivamente descontinuado e todo ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido, lá permanece, e sendo, a partir desse momento, os respectivos ganhos e perdas apurados, reconhecidos no resultado do período. Quando a operação prevista não possuir mais expectativa de ocorrer, os ganhos ou perdas acumuladas que são reportados no patrimônio líquido são imediatamente transferidos para o resultado e apresentados em "Resultado financeiro".

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos de proteção estão divulgados na nota explicativa nº 26. O valor justo total dos instrumentos derivativos de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* é superior a 12 meses.

#### 5.4. Classificação dos instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

A seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

		Controladora		Consolidado	
	Mensuração contábil	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo:</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	39.095	157.075	73.721	182.113
Aplicações financeiras (i)	Valor justo por meio do resultado	100.633	110.132	100.633	110.132
Aplicações financeiras não circulante (i)	Valor justo por meio do resultado	2.648	-	68.649	78.930
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	88.637	128.622	97.445	135.943
Depósitos judiciais	Custo amortizado	40.748	10.796	40.844	12.041
Instrumentos financeiros derivativos proteção cambial (i)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.742	25.087	1.742	25.087
Instrumentos financeiros derivativos proteção cambial não circulante (i)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.594	-	1.594	-
<b>Passivo:</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	67.752	56.226	69.298	61.084
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	46.102	18.030	71.920	44.071
Empréstimos e financiamentos não circulante	Custo amortizado	140.028	46.132	422.477	352.744
Obrigações com aquisição de controlada	Custo amortizado	-	39.554	-	39.554
Obrigações com aquisição de controlada não circulante	Custo amortizado	7.262	137.182	7.262	137.182
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	20.504	-	21.179	-
Arrendamentos a pagar não circulante	Custo amortizado	18.279	-	27.217	-

- (i) Nível 2 - Instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo, tendo como principal fonte de dados a B3. Os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos, com cotação pública, são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro e títulos, não listados em Bolsa de Valores, não estiverem ativos, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, com referência a outros instrumentos que são substancialmente similares.

## **6. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

### **6.1. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores há 03 meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia possui com bancos, emissores de primeira linha, fundos exclusivos de investimento, em linha com a sua Política de Gestão de Riscos e Gestão Financeira, classificados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no ativo circulante e não circulante. A titularidade destes fundos é da Companhia e a rentabilidade da carteira encontra-se inclusa nas notas explicativas nºs 9 e 10.

### **6.2. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal de suas atividades, acrescidas de variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira. Os prazos de recebimentos são de, no máximo, 33 dias. São, portanto, apresentadas no ativo circulante e reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado.

As perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, nas não apresentam evidência objetiva de *impairment*, e; (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* em 31 de dezembro 2019.

As PECLD foram constituídas em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

### **6.3. Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

O custo da madeira transferida dos ativos biológicos é o seu valor justo acrescido dos gastos com colheita e fretes.

Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de perdas esperadas constituídas para cobrir eventuais perdas prováveis identificadas ou estimadas pela Administração.

#### **6.4. Adiantamento a fornecedores de energia elétrica**

Os adiantamentos para esses fornecedores correspondem às antecipações por condições contratuais para garantia futura de entrega de energia. Os mesmos são classificados no ativo circulante ou não circulante, a depender do prazo de compensação, definidos em contratos previamente negociados. São inicialmente reconhecidos ao custo amortizado.

#### **6.5. Ativo biológico**

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto, as quais são destinadas à produção de biorredutor, utilizado como insumo básico na produção de ferroligas, além de venda de madeira não consumida para terceiros. O processo de colheita tem um ciclo aproximado de 07 (sete) anos, podendo variar a partir da cultura e material genético ao qual se refere. Os ativos biológicos são mensurados a valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 19.

A avaliação destes ativos é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado denominada "Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos". O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pelo volume de madeira cortada, avaliada por seu valor justo.

#### **6.6. Imobilizado**

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção e custo atribuído deduzidos de depreciação acumulada.

A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação).

A exaustão das minas é calculada pela taxa correspondente à relação entre a quantidade de minério exaurido e a reserva lavrável estimada.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras receitas (despesas) operacionais".

Imobilizações em andamento, para fins de fornecimento de produtos ou serviços são registradas ao valor de custo.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.



## **6.7.Arrendamentos**

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

### **6.7.1. Direito de uso em arrendamento**

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

### **6.7.2. Arrendamentos a pagar**

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

### **6.7.3. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

## **6.8. Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos não financeiros que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foi identificado *impairment* para ativos não financeiros.

## **6.9. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes por serem devidas em até 01 ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

## **6.10. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio**

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida com base na legislação societária brasileira e no estatuto social da Companhia. No encerramento do balanço, o valor do dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo circulante na conta "dividendos e juros sobre capital próprio" por ser considerado como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. A parcela dos dividendos que exceder ao mínimo obrigatório é apresentada na rubrica "dividendo adicional proposto", no grupo "reservas de lucros" no patrimônio líquido. Uma vez aprovada pela assembleia geral, essa parcela é transferida para o passivo circulante.

A Companhia poderá antecipar aos seus acionistas, com base na legislação societária vigente e no seu Estatuto Social, os pagamentos de juros sobre o capital e/ou dividendos.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

## **6.11. Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é individualmente calculada pela Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no final do exercício, considerando-se os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros no encerramento do exercício por não poder ser distribuída aos acionistas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas, com base em projeções elaboradas e fundamentadas por premissas internas. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos, e os valores contabilizados e as projeções são periodicamente revisadas.

## **6.12. Provisões**

As provisões para fechamento da mina, desmobilização e para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, ainda que não formalizada, como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as

avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A provisão para recuperação ambiental compreende os gastos representativos de fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo, sendo amortizado pelo período de sua vida útil. As provisões para contingências são reconhecidas no resultado do exercício.

### **6.13. Empréstimos e financiamentos**

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

### **6.14. Benefícios a empregados**

#### **6.14.1. Benefício pós-emprego**

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a plano de pensão de administração privada em bases contratuais ou voluntárias. A partir do cessamento das contribuições e prazos pactuados, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais.

A Companhia oferece benefício pós-emprego a funcionários por tempo de serviço prestado. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, estimando quantos empregados irão atingir este direito e descontando-se o montante a valor presente.

#### **6.14.2. Benefício de assistência médica aposentadoria**

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, em conformidade com os preceitos legais atinentes ao tema. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando-se a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários qualificados e independentes.

#### **6.14.3. Prêmio de aposentadoria e multa FGTS – Acordos coletivos**

Conforme acordos e convenções da Companhia, o empregado ao se aposentar na empresa, por invalidez, por tempo de serviço ou por velhice, fará jus a um prêmio no valor de 10% (dez por cento) do salário nominal para cada ano de serviço, limitado a 01 (um) salário nominal. Adicionalmente, o empregado optante pelo FGTS, ao ser aposentado em definitivo, e não permanecendo na Companhia na ocasião do desligamento, fará jus às verbas indenizatórias a que tem direito como se fosse

desligado por conveniência da mesma. Para fazer jus a esses benefícios, o tempo de serviço prestado necessita ser superior a 05 (cinco) anos (Metalurgia) e de 08 (oito) anos (Mineração).

#### **6.14.4. Participações nos lucros**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada, o que corresponde a um máximo de 10 (dez) anos do empregado na mesma empresa

#### **6.15. Capital social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Quando a Companhia compra suas ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), são deduzidos do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

#### **6.16. Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos arrendamentos entre Companhias controladas. Também é reconhecido na linha de receita de vendas o resultado do incentivo fiscal do ICMS DESENVOLVE. Sobre este resultado não há incidência de PIS e COFINS. As controladas reconhecem a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e suas controladas; (iii) quando a Companhia transfere ao comprador o controle relacionado à propriedade dos produtos, ou seja, quando da efetiva entrega dos produtos; e (iv) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia e de suas controladas.

#### **6.17. Apresentação de informações por segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é representado pelo Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

#### **6.18. Subvenções governamentais**

A Companhia possui subvenção governamental denominada de "ICMS - DESENVOLVE", reconhecida sistematicamente no resultado quando da sua apuração.

Os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do

Estado da Bahia (ICMS DESENVOLVE), com a finalidade de expansão do processo industrial, objetivando o aumento da produção de ferroligas, estão pautados nos seguintes termos:

- i. Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições produzidas neste Estado, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;
- ii. Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas aquisições em outra unidade da Federação relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;
- iii. Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe I, da Tabela I, anexa ao Regulamento do ICMS DESENVOLVE;
- iv. Parcela do saldo devedor mensal do ICMS passível do incentivo, em o que exceder a R\$3.414, corrigido anualmente pelo IGPM;
- v. Concessão do prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contados a partir da utilização da Resolução Concessiva nº 59/2015 do DOE, de 12 de maio de 2015;
- vi. Sobre cada parcela do ICMS com prazo dilatado, incidirá taxa de juros de 80% (oitenta pontos percentuais) da TJLP ao ano ou outra que venha substituí-la, de acordo com a Tabela II, anexa ao Regulamento do ICMS DESENVOLVE;
- vii. No que tange à dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses, ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela com prazo dilatado, a Companhia terá como benefício um desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação, devendo recolher os 10% (dez por cento) restantes a título de ICMS. A parcela do desconto está sendo registrada na rubrica "Receita líquida de vendas";
- viii. A Lei 13.564, de 20 de junho de 2016, estabeleceu a obrigatoriedade de depósito, em favor do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pela Lei nº 7.988, de 21 de dezembro de 2001, do valor correspondente a 10% (dez por cento) inerente ao respectivo incentivo ou benefício, sob pena de perda deste, em caso de descumprimento. O Estado da Bahia regulamentou através do Decreto nº 16.970 de 19 de agosto de 2016, os procedimentos a serem adotados no cálculo e recolhimento do valor do depósito. A Companhia cumpre as determinações previstas na legislação em vigor.

#### **6.19. Consolidação e investimentos em controladas**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, bem como de fundos exclusivos mensurados de acordo com os critérios divulgados na nota explicativa nº 6. A divulgação acerca dos percentuais de participação da Companhia em cada uma de suas controladas encontra-se divulgado na nota explicativa nº 17.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e das contas de resultado correspondentes a transações realizadas com empresas controladas são eliminados, bem como, os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessas controladas e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

## **7. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS**

### **7.1. Normas vigentes em 2019**

As novas normas a seguir, emitidas pelo IASB e recepcionadas pelo CFC, passaram a vigorar efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia as adotou conforme mencionado abaixo.

#### **7.1.1. CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil**

A norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários, reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) contrato com prazo inferior ou igual a doze meses; e (ii) possua valor imaterial, tenha como base valores variáveis ou prazo indeterminado.

A Ferbasa e suas controladas avaliaram os impactos em suas demonstrações financeiras, decorrentes da adoção inicial da norma, conforme nota explicativa nº 18.

#### **7.1.2. ICPC 22 (IFRIC 23) – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Também em 1º de janeiro de 2019, passou a vigorar a nova norma sobre os requisitos de reconhecimento e mensuração do pronunciamento técnico CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia avaliou e não identificou impactos significativos em decorrência dessa interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação vigente.

### **7.2. Normas a entrar em vigor a partir de 2020**

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo CPC. A seguinte norma foi revisada pelo IASB, mas não está em vigor para o exercício de 2019:

#### **7.2.1. Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consistem ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia e suas controladas não será afetado por essas alterações na data de transição.

## 8. GERENCIAMENTO DE RISCOS

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, tais como: (i) risco cambial, (ii) risco de taxa de juros, (iii) risco de crédito, (iv) risco de liquidez, (v) risco de concentração, (vi) risco de preço de *commodities* e (vii) outros fatores de risco não financeiros.

A gestão de risco é realizada segundo a Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração.

### 8.1. Risco cambial

Além de a Companhia efetuar transações em moeda estrangeira (exportações de ferroligas, minério de cromo e importações de coque reativo), as vendas no mercado interno possuem precificação atrelada ao mercado global de commodities convertida no momento da venda pelo dólar médio do mês anterior. Como os custos operacionais são basicamente em moeda local, este descasamento pode afetar a rentabilidade e a distribuição de dividendos da Companhia.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia prevê um programa de *hedge* para o risco cambial proveniente de parte de seu faturamento, tanto no mercado externo, quanto no mercado interno.

Para fins de análise de sensibilidade requerida pela CVM, a Companhia adotou como cenário I (provável) a expectativa da taxa média de câmbio para o ano de 2020, conforme Relatório Focus emitido em 24 de janeiro de 2020, como cenário II (possível) uma valorização do Real em 25% frente ao dólar americano e o cenário III (remoto) uma valorização de 50% do Real sobre a moeda estrangeira.

	31/12/2019		Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	US\$	R\$	Taxa	Ganho/ (Perda) R\$	Taxa	Ganho/ (Perda) R\$	Taxa	Ganho/ (Perda) R\$
<u>Controladora e Consolidado</u> Contas a receber de clientes (líquido PECLD)	8.167	32.914	4,10	571	3,08	(7.800)	2,05	(16.172)

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (NDF), considera-se que o impacto de uma desvalorização do Real sobre estes instrumentos precisa ser avaliado em conjunto e, conseqüentemente, as mudanças da taxa de câmbio implicarão em oscilações tanto nas NDFs, quanto no Faturamento (100%) indexado ao Dólar. Portanto, esta análise deverá acontecer sempre de forma integrada.

Para fins de análise de sensibilidade requerida pela CVM, a Companhia adotou como cenário I (provável) a expectativa da taxa média de câmbio para o ano de 2020, conforme Relatório Focus emitido em 24 de janeiro de 2020, como cenário II (possível) uma desvalorização do Real em 25% frente dólar americano e o cenário III (remoto) uma desvalorização de 50% do Real sobre a moeda estrangeira.

	31/12/2019 - Contratado			Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	US\$	R\$	Taxa média ponderada (R\$)	Taxa US\$	Ganho/(Perda) R\$	Taxa US\$	Ganho/(Perda) R\$	Taxa US\$	Ganho/(Perda) R\$
<u>Controladora e Consolidado</u>									
Instrumento financeiro de proteção cambial	168.200	685.465	4,08	4,10	(4.155)	5,13	(176.560)	6,15	(348.965)

## 8.2. Risco de taxa de juros

Para o saldo aplicado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas consideram como cenário I (provável) a média da taxa básica de juros para o ano de 2020 de 4,38% ao ano, conforme Relatório Focus de 24 de janeiro de 2020. Na projeção do cenário II (possível), a taxa básica foi reduzida em 25% e no cenário III (remoto) em 50%.

Riscos de taxas de juros	Taxa fechamento 31/12/2019 – a.a.	Cenário I Provável	Cenário II Redução 25%	Cenário III Redução 50%
Média taxa básica de juros – (% aa)	4,97	4,38	3,38	2,25
<u>Controladora</u>				
Saldo de Aplicações Financeiras	136.036	145.513	143.144	140.775
Efeito líquido		9.477	7.108	4.739
<u>Consolidado</u>				
Saldo de Aplicações Financeiras	231.884	243.593	240.665	237.738
Efeito líquido		11.708	8.781	5.854

Para o saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas consideram como cenário I (provável) a TJLP para o ano de 2020 de 5,09% ao ano e para a CDI, 4,28%. Na projeção do cenário II (possível), a TJLP foi aumentada em 25% e no cenário III (remoto) em 50%.

Riscos de taxas de juros	Taxa fechamento 31/12/2019 – a.a.	Cenário I Provável	Cenário II Aumento 25%	Cenário III Aumento 50%
<i>Taxa de juros – TJLP – (%aa)</i>	5,57	5,09	6,36	7,64
<u>Controladora</u>				
Saldo de empréstimos e financiamentos	30.675	28.031	35.038	42.046
Efeito líquido		2.643	(4.364)	(11.372)
<u>Consolidado</u>				
Saldo de empréstimos e financiamentos	344.351	314.676	393.345	472.014
Efeito líquido		29.675	(48.994)	(127.663)
<i>Taxa de juros – DI – (%aa)</i>	4,40	4,28	5,35	6,42
<u>Controladora e Consolidado</u>				
Saldo de empréstimos	139.051	135.259	169.074	202.888
Efeito líquido		3.792	(30.022)	(63.837)

## 8.3. Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da escolha dos ativos para compor a carteira de investimentos, na capacidade financeira das contrapartes dos contratos de derivativos e da dificuldade de recebimento na liquidação de vendas e pelo não cumprimento de obrigações pela entrega de bens ou serviços pagos através de adiantamento a fornecedores.

A Companhia limita a alocação das suas aplicações financeiras a cada emissor de letra financeira, debêntures ou títulos ao máximo de 30% do volume das aplicações. Este limite



não se aplica para títulos emitidos pelo Tesouro Nacional. Nas operações de derivativos, a Companhia trabalha com instituições financeiras de primeira linha.

O risco de crédito de clientes é monitorado e não há histórico material de perdas.

#### **8.4. Risco de liquidez**

A Companhia tem o direcionamento de manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto que o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez.

Os passivos financeiros da Companhia com prazo de vencimento superior a 1 ano e com liquidação em caixa são os empréstimos e financiamentos, os arrendamentos a pagar e as obrigações com aquisição de controlada. Os vencimentos desses passivos estão demonstrados nas notas explicativas nºs 21, 22 e 23, respectivamente.

#### **8.5. Risco de concentração**

A Companhia possui concentração de faturamento em alguns poucos clientes, os quais foram representativos em 2019. No mercado interno, para o Ferrocromo, são os clientes Aperam Inox e Magoteux Brasil e, no mercado externo, para o Ferrossilício, Marubeni Corporation e Traxys. Eventuais reduções na demanda destes clientes poderão causar impactos significativos na capacidade de geração de caixa da Companhia.

Nesse contexto, a Companhia vem mantendo um foco constante em iniciativas para redução nos custos com vistas ao aumento de competitividade internacional, além do aprimoramento de sua estratégia de diversificação no portfólio de clientes, com destaque para o mercado externo.

Em acréscimo, a Companhia possui aplicações financeiras com liquidez imediata e mantém um adequado relacionamento com instituições bancárias de primeira linha para disponibilidade de crédito.

#### **8.6. Risco de preço de commodities**

Refere-se à exposição às variações dos preços dos produtos finais (ligas), podendo alterar significativamente as margens operacionais da Companhia. A Administração entende que a exposição deste risco faz parte da natureza do seu negócio e, não há no momento, mecanismos ou instrumentos financeiros para a mitigação deste risco.

#### **8.7. Outros fatores de risco não financeiros**

- i. Riscos regulatórios: a Companhia está sujeita a rigorosas leis e regulamentos nas esferas federal, estadual e municipal. Adicionalmente, o descumprimento dessas leis ou regulamentos, ou a ocorrência de acidentes que afetem o meio-ambiente, proveniente das operações da Companhia (mineração, recursos florestais e metalurgia), podem resultar em sanções de natureza administrativa, civil e/ou criminal com multas, obrigações de indenizar e/ou desembolsos financeiros por parte da Companhia, os quais podem afetar adversamente os seus resultados operacionais e sua condição financeira.
- ii. Riscos ambientais: a Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades nas quais opera, tendo estabelecido medidas ambientais e procedimentos que visam mitigar este risco. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. A Companhia, atenta aos problemas globais atinentes ao Meio Ambiente e, em conformidade com a legislação ambiental, opera consoante suas licenças ambientais e

tem a gestão ambiental das áreas florestal e de metalurgia certificada pela ISO 14001.

- iii. Riscos climáticos e da natureza: as atividades operacionais da Companhia estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, tais como altas temperaturas, inundações e chuvas extremas e riscos da natureza, como danos decorrentes de pragas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza (desabamentos das minas, enchentes, dentre outras). A Companhia possui processos que visam mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares nas áreas de plantio e contratação de empresa especializada para análise das condições estruturais da mina e desenvolvimento de planos contingenciais.
- iv. Risco de valor justo dos ativos biológicos: embora o ativo biológico seja substancialmente plantado para consumo próprio (biorredutor), a Companhia está sujeita aos impactos no lucro líquido e, consequentemente na distribuição de dividendos, em função de alterações nas premissas de cálculo do valor justo dos ativos biológicos: preços de mercado, produtividade das florestas, taxas de desconto, etc. As premissas são anualmente revisadas para antever possíveis impactos.
- v. Risco de não manutenção de incentivos fiscais: a Companhia possui incentivo fiscal de imposto de renda por estar situada em área de atuação da SUDENE. No caso do ICMS, há um benefício denominado ICMS DESENVOLVE que dilata os prazos para pagamento de 90% do imposto em até 72 meses, com desconto de 90% da parcela dilatada caso o pagamento venha a ocorrer até o 20º dia do mês da antecipação. Caso estes incentivos não sejam renovados, os resultados da Companhia serão impactados negativamente.
- vi. Risco de energia elétrica: por sua característica eletro intensiva, a Companhia depende de energia a preços compatíveis com os seus concorrentes no Brasil e no exterior. Para minimizar a exposição ao fornecimento de energia ou um aumento significativo dos preços, a Companhia mantém contrato de longo prazo com a CHESF. Em 21 de agosto de 2015, a Companhia, juntamente com outras empresas eletro intensivas do Nordeste, assinou prorrogação do contrato, cujo prazo se estendeu até o ano de 2037. Adicionalmente, em 2018, a Companhia adquiriu o parque eólico BW Guirapá, reforçando sua intenção em perenizar as suas atividades e tornar-se, também, geradora de energia elétrica.
- vii. Risco de logística de transporte: O minério de cromo é transportado por cerca de 390 km desde as minas operadas pela Companhia até à Planta Metalúrgica, localizada no município de Pojuca, no Estado da Bahia. Este transporte é primordialmente realizado por modal ferroviário, sendo prestado por empresa privada, através de Concessão Pública Federal (Malha Centro-Leste), cuja regulamentação e fiscalização estão a cargo da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A eventual descontinuidade na prestação dos serviços de transporte pela concessionária obrigará a Companhia a buscar alternativas economicamente viáveis.

## 9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	6.340	3.573	11.119	24.379
Aplicações em CDB (i)	-	127	4.457	4.358
Fundos de investimento (ii)	32.755	153.375	58.145	153.376
	<u>39.095</u>	<u>157.075</u>	<u>73.721</u>	<u>182.113</u>

- (i) Operações em Certificado de Depósito Bancário ("CDB"), cuja taxa de remuneração é de 98,5% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") em 31 de dezembro de 2019 e de 2018;
- (ii) Operações em títulos através de fundos de investimento, cujo resgate tem liquidez diária. Os juros médios na marcação a mercado situam-se entre 98,5% e 101,0% do CDI (entre 98% e 119,7% em 31 de dezembro de 2018).

## 10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				
Fundos de investimentos (i)	100.633	110.132	100.633	110.132
Não circulante				
Fundos de investimentos (i)	2.648	-	36.173	39.450
Letras financeiras (ii)	-	-	32.476	39.480
	2.648	-	68.649	78.930
	<u>103.281</u>	<u>110.132</u>	<u>169.282</u>	<u>189.062</u>

- (i) Operações em títulos, cujos vencimentos superam 90 dias e a remuneração média está entre 97,8% e 152,5% do CDI (entre 94% e 121% em 31 de dezembro de 2018). Embora a Companhia e suas controladas selecionem títulos com liquidez em mercado secundário, a incerteza quanto às condições de mercado e preços a um evento de liquidez sugere que estas aplicações não sejam consideradas equivalentes de caixa;
- (ii) Letras financeiras com remuneração entre 97,6% e 118,7% do CDI (entre 101,5% e 103,3% em 31 de dezembro de 2018).

## 11. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Mercado interno	59.932	111.058	68.740	118.379
Mercado externo	32.914	21.867	32.914	21.867
Perdas esperada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(4.209)	(4.303)	(4.209)	(4.303)
	<u>88.637</u>	<u>128.622</u>	<u>97.445</u>	<u>135.943</u>

As contas a receber de mercado externo são em dólares norte-americanos (US\$), convertidas para reais na data da elaboração das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía provisão para perda esperada em créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$4.209 (2018, R\$4.303), considerada suficiente para cobrir possíveis perdas em contas a receber, de acordo com análise interna efetuada pela Administração. A seguir a movimentação da PECLD da controlada e do consolidado:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(4.411)
Reversão de PECLD	108
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(4.303)
Reversão de PECLD	94
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(4.209)

## 12. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>				
Produtos acabados	130.329	163.780	130.329	163.780
Matérias-primas	87.370	61.729	87.370	61.729
Minério de cromo	74.679	43.059	74.679	43.059
Materiais para manutenção (i)	43.982	43.022	43.982	43.022
Outros	1.997	1.426	1.997	1.536
	<u>338.357</u>	<u>313.016</u>	<u>338.357</u>	<u>313.126</u>
<b>Não circulante</b>				
Materiais para manutenção (i)	6.134	5.201	6.134	5.201
Provisão para obsolescência (ii)	(5.754)	(4.824)	(5.754)	(4.824)
	<u>380</u>	<u>377</u>	<u>380</u>	<u>377</u>
	<u>338.737</u>	<u>313.393</u>	<u>338.737</u>	<u>313.503</u>

- (i) Os estoques de materiais de manutenção são classificados no ativo circulante ou no não circulante, considerando o histórico do consumo.
- (ii) A Companhia mantém provisão para obsolescência relacionada aos itens com baixo giro, quando não há previsão de utilização nos próximos períodos.

## 13. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>				
PIS e COFINS a recuperar (i)	31.426	3.161	31.426	3.161
IRPJ e CSLL	15.093	9.558	16.946	10.637
ICMS a recuperar	3.808	4.514	3.808	4.514
Outros	196	182	209	194
	<u>50.523</u>	<u>17.415</u>	<u>52.389</u>	<u>18.506</u>
<b>Não circulante</b>				
PIS e COFINS a recuperar (i)	171.275	-	171.275	-
ICMS a recuperar	5.984	5.356	5.984	5.356
Outros	65	66	65	66
	<u>177.324</u>	<u>5.422</u>	<u>177.324</u>	<u>5.422</u>
	<u>227.847</u>	<u>22.837</u>	<u>229.713</u>	<u>23.928</u>

- (i) A Companhia obteve ciência do trânsito em julgado, que tramitou perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cuja decisão: (a) determinou a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS – regimes cumulativo (Leis Complementares nº 7/70 e 70/91 e alterações posteriores) e não-cumulativo (Leis nº 10.627/2002 e 10.833/03 e alterações posteriores); e (b) reconheceu o direito da Companhia à compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de PIS/COFINS sobre a parcela relativa ao ICMS desde maio de 1997, devidamente atualizados.

Para aproveitamento do referido crédito, a Companhia contratou consultoria especializada para apuração dos valores do período envolvido (de 1997 a 2018). Os valores montam a R\$197.104 e foram registrados no resultado do exercício, como segue: i) R\$116.111, na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais", os quais correspondem ao valor histórico do crédito; e ii) R\$80.993, no "Resultado financeiro", decorre da atualização monetária do respectivo valor.

#### 14. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante:		
Adiantamentos a fornecedores de energia – ENDESA (i)	2.000	2.000
Adiantamentos a fornecedores de energia – CHESF (ii)	12.292	11.356
	<u>14.292</u>	<u>13.356</u>
Não circulante:		
Adiantamentos a fornecedores de energia – ENDESA (i)	6.167	8.167
Adiantamentos a fornecedores de energia – CHESF (ii)	10.363	22.530
	<u>16.530</u>	<u>30.697</u>
	<u>30.822</u>	<u>44.053</u>

- (i) Refere-se a um adiantamento de contrato de energia, realizado em fevereiro de 2015, para o qual são emitidas, mensalmente, desde 31 de janeiro de 2016, notas fiscais de remessa correspondendo ao valor de R\$167 ao mês em parcelas fixas e não ajustáveis durante 8 anos. O valor adiantado corresponde a R\$16.000, aproximadamente 5% do total do contrato e está garantido por fiança bancária de instituição financeira. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor apropriado ao custo em cada ano foi de R\$2.000.
- (ii) Refere-se ao desembolso previsto nos termos da Lei de nº 13.182/15, que autorizou a prorrogação dos contratos entre a CHESF e as indústrias eletro intensivas do Nordeste até o ano de 2037, que prevê: (i) uma redução dos volumes fornecidos em 30% até 08 de fevereiro de 2032; (ii) a partir de 9 de fevereiro de 2032 até 2037, redução de 1/6 do volume do ano anterior; (iii) um aumento real de 22,5% na tarifa em 01 de julho de 2015; (iv) um reajuste anual a partir de 01 de julho de 2016, conforme Index estabelecido, sendo 70% IPCA + 30% LTN e NTN-B; (v) o adiantamento de R\$65.000 realizado no segundo semestre de 2015; e (vi) um desconto de 8,8% na tarifa entre os anos de 2016 a 2022, para compensar o adiantamento de 2015. Em 31 de dezembro de 2019, o valor apropriado ao custo foi de R\$12.167 (2018, R\$11.376).

## 15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Impostos diferidos ativos</u>				
Provisão para contingências	(60.553)	(51.445)	(60.553)	(51.445)
Provisão para perdas nos estoques (i)	(5.754)	(4.824)	(5.754)	(4.824)
Provisão para participação nos lucros (ii)	(33.508)	(45.581)	(33.508)	(45.581)
Provisão para passivo ambiental	(14.624)	(10.914)	(14.624)	(10.914)
Obrigações trabalhistas e atuariais	(86.723)	(67.586)	(86.723)	(67.586)
Realização da mais-valia	(7.732)	(3.314)	(7.732)	(3.314)
Provisão PECLD	(4.209)	(4.303)	(4.209)	(4.303)
Tributos de exigibilidade suspensa (PIS/COFINS)	(3.766)	-	(3.766)	-
Outras provisões temporárias	(17.040)	(13.930)	(17.040)	(13.930)
Base de cálculo	(233.909)	(201.897)	(233.909)	(201.897)
IRPJ diferido à alíquota de 25%	55.834	47.979	55.834	47.979
CSLL diferida à alíquota de 9%	21.052	18.171	21.052	18.171
IRPJ/CSLL diferidos ativo <sup>(A)</sup>	76.886	66.150	76.886	66.150

(i) Provisão de obsolescência relacionada aos itens de manutenção com baixo giro e provisão de inventários.

(ii) A participação nos lucros dos Administradores no montante de R\$10.571 (R\$9.979 em 31 de dezembro de 2018) é base apenas para o cálculo da CSLL diferida. No caso do IRPJ, trata-se de diferença permanente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Impostos diferidos passivo</u>				
Ativo imobilizado – <i>deemed cost</i>	58.811	58.811	63.385	63.385
Ativos biológicos – <i>fair value</i>	52.242	56.977	52.242	56.977
Compra vantajosa	75.143	75.143	75.143	75.143
Receita financeira (Exclusão ICMS da base PIS/COFINS)	80.993	-	80.993	-
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i>	3.336	25.087	3.336	25.087
Depreciação acelerada	8.581	9.878	8.581	9.878
Base de cálculo	279.106	225.896	283.680	230.470
IRPJ diferido à alíquota de 25%	(69.777)	(56.474)	(70.920)	(57.619)
CSLL diferida à alíquota de 9%	(25.119)	(20.331)	(25.531)	(20.741)
IRPJ/CSLL diferidos passivo <sup>(B)</sup>	(94.896)	(76.805)	(96.451)	(78.360)
IRPJ/CSLL diferidos líquidos <sup>(A+B)</sup>	(18.010)	(10.655)	(19.565)	(12.210)

A Administração, com base na melhor estimativa, em análise individual das provisões, realizará que os créditos fiscais, provenientes das diferenças temporárias conforme demonstrado a seguir:

Ano-calendário	Controladora		Consolidado	
	IRPJ/CSLL - diferido		IRPJ/CSLL - diferido	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2020	17.128	7.657	17.128	7.657
2021	137	624	137	624
2022	137	564	137	564
2023	137	504	137	504
2024	137	444	137	444
2025 em diante	59.210	85.103	59.210	86.658
	76.886	94.896	76.886	96.451

Os valores de IRPJ e CSLL que afetaram os resultados dos respectivos exercícios estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do IRPJ/CSLL	254.275	345.736	255.380	349.900
Alíquota combinada do IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL às alíquotas a legislação	(86.454)	(117.550)	(86.829)	(118.966)
Juros sobre capital próprio	30.999	32.856	30.999	32.856
Equivalência patrimonial	(2.284)	(4.006)	-	-
Doações	(1.836)	(809)	(1.836)	(809)
Outros	(5.160)	1.938	(8.161)	(4.427)
Incentivo fiscal SUDENE (i)	31.636	50.634	31.980	50.634
	<u>(33.099)</u>	<u>(36.937)</u>	<u>(33.847)</u>	<u>(40.712)</u>
Resultado do IRPJ e CSLL				
Incentivo fiscal SUDENE (i)	31.636	50.634	31.980	50.634
Corrente	(46.451)	(77.310)	(47.543)	(81.085)
Diferido	(18.284)	(10.261)	(18.284)	(10.261)
	<u>(33.099)</u>	<u>(36.937)</u>	<u>(33.847)</u>	<u>(40.712)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(33.099)</u>	<u>(36.937)</u>	<u>(33.847)</u>	<u>(40.712)</u>

(i) Em função do empreendimento industrial instalado na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia usufrui do benefício fiscal de redução do imposto de renda, com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidente nas receitas:

- Advindas da fabricação de ferroligas e seus subprodutos, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2024, conforme Laudo Constitutivo de nº 0200/2015;
- Advindas da exploração e beneficiamento de minério de cromo e seus subprodutos, no período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025, conforme Laudo Constitutivo de nº 0131/2016; e
- Advindas da geração de energia elétrica, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027, conforme Laudos Constitutivos de nº 487, 488, 489, 490, 491, 492 e 428/2018, substituídos pelos de nº 291, 292, 293, 300, 301, 302, e 303/2019.

A parcela correspondente aos incentivos de redução do imposto de renda é reconhecida no resultado e ao final de cada exercício social é transferida de lucros acumulados para reserva de lucros (incentivo fiscal), não podendo ser distribuída aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia transferiu o total de R\$ 33.519 (2018, R\$69.949) na controladora e R\$33.863 (2018, R\$69.949) no consolidado, os quais correspondem a: (i) SUDENE de R\$31.636 (2018, R\$50.634) da controladora e R\$31.980 (2018, R\$50.634) do consolidado; (ii) redução do imposto de renda em R\$ 181 (2018, R\$298) na controladora e no consolidado; e (iii) ao ICMS DESENVOLVE em R\$1.702 (2018, R\$19.017) na controladora e no consolidado.

## 16. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	1.533	2.856	1.542	2.865
Tributários	39.215	7.940	39.302	9.176
	<u>40.748</u>	<u>10.796</u>	<u>40.844</u>	<u>12.041</u>

Referem-se a depósitos associados a processos fiscais, trabalhistas e questionamentos quanto à legalidade e constitucionalidade de determinados tributos, que são registrados no ativo não circulante da Companhia, até que ocorra a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

Conforme detalhado na nota explicativa nº 13, a Companhia obteve ciência do trânsito em julgado que determinou a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cuja atualização monetária sobre o valor histórico monta em R\$80.993. Sobre esta receita financeira, a Companhia impetrou com ação judicial relativa aos tributos incidentes, da ordem de R\$ 31.303 (sendo R\$27.538 de IRPJ e CSLL e R\$3.766 de PIS e COFINS), e realizou os respectivos recolhimentos via depósitos judiciais.

## 17. INVESTIMENTOS

Objetivando transferir os benefícios de jazidas, terras e outros bens de propriedade de empresas controladas, a Companhia optou por arrendar estes ativos de forma a manter todos os custos e despesas de responsabilidade da Companhia. Com esta configuração, não há incidências de ineficiências tributárias e operacionais sobre transações intergrupo enquanto ao mesmo tempo não é preciso reorganizar a estrutura societária ou solicitar transferências aos órgãos reguladores (INCRA, DNPM, etc.). A seguir, breve comentário sobre essas controladas:

- (i) A Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. ("Silbasa") é uma empresa de capital fechado, localizada em Pojuca-BA, fruto de parceria tecnológica com a Marubeni Corporation, empresa Japonesa, cujo objeto é a comercialização de ligas de ferrossilício de alta pureza e a Japan Metals & Chems - JMC. Desde janeiro de 2004 arrendou suas instalações industriais à Companhia, cujo contrato é renovado anualmente.
- (ii) A Mineração Vale do Jacurici S.A. ("Jacurici") é uma empresa de capital fechado e tem por objeto social a pesquisa e lavra das jazidas de minério de cromo. Desde novembro de 1997, arrendou por prazo indeterminado seu grupamento mineiro, dando o direito de exploração econômica de 15 minas de cromo, à Companhia, bem como, de utilização das instalações, edificações, imóveis, engenhos, máquinas e veículos destinados à lavra.
- (iii) A Reflorestadora e Agrícola S.A. ("Reflora") é uma empresa de capital fechado e tem por objetivo a elaboração e/ou execução de projetos de reflorestamento, bem como a produção de biorredutor. Desde novembro de 1997, a Reflora encontra-se arrendada à Companhia por prazo indeterminado.
- (iv) A Indústria de Minérios Damacal Ltda. ("Damacal") tem como objeto social o aproveitamento e exploração de jazidas de calcário para produção de cal. Desde novembro de 1997, a Damacal encontra-se arrendada à Companhia por prazo indeterminado.



Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, seguem informações sobre sua controlada geradora de energia eólica:

(v) A BW Guirapá I S.A. é uma empresa de capital fechado e tem por objeto social a participação de 100% do capital social das seguintes sociedades ("Controladas"): Central Eólica Angical S.A., Central Eólica Caititu S.A., Central Eólica Coqueirinho S.A., Central Eólica Corrupião S.A., Central Eólica Inhambu S.A., Central Eólica Tamanduá Mirim S.A. e Central Eólica Teiú S.A., cujas principais características operacionais estão relacionadas a seguir:

Central Eólica	Capacidade instalada (MW) (*)	1ª Portaria de Autorização do MME <sup>(1)</sup>	Energia contratada 1º quadriênio (MWmed) <sup>(3)</sup>	Energia contratada 2º quadriênio (MWmed) <sup>(3)</sup>	Preço inicial do Contrato (R\$/MWh)	Preço atualizado (R\$/MWh) <sup>(2)</sup>
Angical	12,95	37, de 03/02/2012	6,0	5,6	99,98	156,22
Caititu	22,2	54, de 09/02/2012	10,5	10,5	99,98	156,22
Coqueirinho	29,6	53, de 09/02/2012	13,5	13,4	96,97	151,51
Corrupião	27,75	70, de 22/02/2012	13,7	12,9	96,97	151,51
Inhambu	31,45	69, de 22/02/2012	15,5	15,5	96,97	151,51
Tamanduá Mirim	29,6	52, de 09/02/2012	13,6	13,2	96,97	151,51
Teiú	16,65	36, de 03/02/2012	8,2	7,7	99,98	156,22
	<u>170,2</u>		<u>81,0</u>	<u>78,8</u>		

(\*) Conforme Portaria de Autorização MME.

(1) Autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos desde a 1ª Portaria do MME – Ministério de Minas e Energia. A 2ª Portaria alterou as características técnicas para adequar a realidade dos parques.

(2) Valor atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") desde julho de 2011. Valores atualizados pela CCEE data-base agosto de 2019.

(3) Conforme contrato de compra e venda, o 1º quadriênio foi finalizado em junho de 2018 e o 2º quadriênio teve início em julho de 2018.

As demonstrações financeiras resumidas das controladas estão demonstradas a seguir:

	Participação %	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro (prejuízo)	Participação no patrimônio líquido das controladas	Participação da Companhia (equivalência patrimonial)
<i>31 de dezembro de 2018</i>									
Silbasa (i)	51,26	12.120	230	11.890	1.388	(588)	800	6.095	410
Jacurici (ii)	100,00	36.160	9.585	26.575	2.749	(2.246)	503	26.575	503
Reflora (iii)	99,98	3.272	4	3.268	226	(103)	123	3.268	123
Damacal (iv)	100,00	2.483	260	2.223	119	(103)	16	2.223	16
BW Guirapá (v)	100,00	842.018	365.354	476.664	73.667	(86.501)	(12.834)	553.388	(16.148) (*)
								<u>591.549</u>	<u>(15.096)</u>
<i>31 de dezembro de 2019</i>									
Silbasa	51,26	12.671	224	12.447	1.378	(646)	732	6.381	375
Jacurici	100,00	27.299	1.430	25.869	1.701	(2.049)	(348)	25.869	(348)
Reflora	99,98	3.382	3	3.379	219	(108)	111	3.379	111
Damacal	100,00	2.567	261	2.306	123	(40)	83	2.306	83
BW Guirapá	100,00	809.007	334.862	474.145	97.759	(100.278)	(2.519)	546.451	(6.937) (*)
								<u>584.386</u>	<u>(6.716)</u>

(\*) Ajustados pelos ativos avaliados ao seu valor justo na aquisição da BW Guirapá (vide nota explicativa nº 17.1) e sua respectiva realização do montante líquido de R\$72.306 e R\$4.418 (2018, R\$76.724 e R\$3.314).

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

	Silbasa	Jacurici	Reflora	Damacal	BW Guirapá	Outros	Total
Saldos 31 de dezembro de 2017	5.782	42.310	3.145	2.207	-	78	53.522
Dividendos	(97)	(1.238)	-	-	-	-	(1.335)
Redução de capital	-	(15.000)	-	-	-	-	(15.000)
Acervo líquido adquirido	-	-	-	-	485.598	-	485.598
Aporte em controladas	-	-	-	-	3.900	-	3.900
Ativos identificáveis avaliados ao seu valor justo em combinação de negócios	-	-	-	-	80.038	-	80.038
Resultado do período/exercício	410	503	123	16	(12.834)	-	(11.782)
Realização dos ativos avaliados ao seu valor justo	-	-	-	-	(3.314)	-	(3.314)
Saldos 31 de dezembro de 2018	<u>6.095</u>	<u>26.575</u>	<u>3.268</u>	<u>2.223</u>	<u>553.388</u>	<u>78</u>	<u>591.627</u>
Equivalência patrimonial:							
Resultado do exercício	375	(348)	111	83	(2.519)	-	(2.298)
Dividendos	(89)	(358)	-	-	-	-	(447)
Realização dos ativos avaliados ao seu valor justo	-	-	-	-	(4.418)	-	(4.418)
Saldos 31 de dezembro de 2019	<u>6.381</u>	<u>25.869</u>	<u>3.379</u>	<u>2.306</u>	<u>546.451</u>	<u>78</u>	<u>584.464</u>

### 17.1. Aquisição do controle da BW Guirapá

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, o Complexo Guirapá foi adquirido em 2 de abril de 2018 pela custo total de R\$ 489.184, considerando: (i) o preço de aquisição (contraprestação transferida) atualizado monetariamente no montante de R\$469.128; (ii) o incremento no preço decorrente de negociações com fornecedores no montante de R\$17.906; e (iii) a contraprestação contingente (*earn-out payment*) de R\$2.150.

De acordo com o contrato de compra e venda, o preço de aquisição poderá sofrer acréscimo de até R\$40.000 corrigidos pelo IPCA sob a forma de contraprestação contingente, se o desempenho do Complexo Guirapá, apurado até dezembro de 2021, exceder a referência mínima assumida de 79,44 MW médios, limitada a 85MW médios. Desta forma, a Administração da Companhia, com base na avaliação das projeções de performance, concluiu que deveria incluir no valor do preço de compra uma contraprestação contingente estimada em R\$2.150, conforme citado acima.

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos remanescentes a pagar referente à aquisição estão refletidos na rubrica de "Obrigações com aquisição de controlada" (nota explicativa nº 23).

Esta aquisição resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a Companhia passou a deter o controle da BW Guirapá. De acordo com o CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Como a aquisição da BW Guirapá teve efeito a partir de 2 de abril de 2018, os efeitos desta aquisição afetaram o resultado consolidado das operações da Companhia a partir desta data, sendo que o patrimônio líquido da BW Guirapá foi avaliado pelo seu valor justo em 31 de março de 2018 com base no laudo econômico financeiro, emitido por empresa de avaliação independente.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do valor justo dos ativos e passivos da compra da BW Guirapá na data de aquisição:

	Valor Contábil	Ajustes	Valor Justo
<u>Valor Justo</u>			
Ativos	867.155	80.038 (i)	947.193
Passivos	<u>381.557</u>	<u>1.309 (ii)</u>	<u>382.866</u>
Ativos líquidos adquiridos	<u>485.598</u>	<u>78.729</u>	<u>564.327</u>
Custo total da aquisição			489.184
Ganho bruto por compra vantajosa			<u>75.143</u>
(-) Efeito tributário			<u>(25.548)</u>
Ganho líquido por compra vantajosa			<u>49.595</u>

- (i) Mais valia de máquinas e equipamentos e deve-se basicamente à alta do dólar, preço dos insumos e inflação. Nas demonstrações contábeis individuais, este montante está apresentado na rubrica de investimentos. Já nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentado como imobilizado (vide nota explicativa nº 18.1).
- (ii) Passivo contingente e refere-se a sete processos movidos contra a BW Guirapá e suas controladas, que foram classificados como risco possível de perda, com uma probabilidade de 50%, sendo conservadoramente estimados e provisionados pela Companhia (vide nota explicativa nº 28.1).

No período de 1º de abril de 2018 a 31 de dezembro de 2018, a receita líquida e o prejuízo do período gerados pelo Complexo Guirapá e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do resultado da Companhia representam R\$ 71.105 e R\$ 12.834, respectivamente, conforme quadro a seguir.

Se a combinação de negócios tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2018, a demonstração do resultado seria conforme o quadro a seguir.

	Consolidado na Ferbasa	Complexo Guirapá	Combinado 9 meses Ferbasa
	01/04/2018 a 31/12/2018	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2018 a 31/12/2018
Receita de vendas de energia	71.105	19.709	90.814
Custo com geração de energia	<u>(48.585)</u>	<u>(14.924)</u>	<u>(63.509)</u>
Lucro bruto	22.520	4.785	27.305
Despesas gerais e administrativas	(6.961)	(5.178)	(12.139)
Baixa do ágio da BW Guirapá	-	(19.995)	(19.995)
Despesas financeiras	(27.881)	(9.129)	(37.010)
Receitas financeiras	<u>2.562</u>	<u>752</u>	<u>3.314</u>
Prejuízo antes dos impostos	(9.760)	(28.765)	(38.525)
Imposto de renda e contribuição social	(3.074)	(702)	(3.776)
Prejuízo do período	<u>(12.834)</u>	<u>(29.467)</u>	<u>(42.301)</u>

## 18. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E DIREITO DE USO EM ARRENDAMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Terras para plantio (i)	115.419	115.419	115.571	115.571
Terrenos	26.357	26.357	32.127	32.127
Edificações	152.756	149.669	298.544	297.978
Máquinas e equipamentos	277.526	268.351	919.239	952.455
Veículos e tratores	4.456	6.034	4.456	6.034
Móveis e utensílios	3.813	3.967	3.910	4.028
Informática	1.925	2.012	1.979	2.018
Desenvolvimento de minas (ii)	65.586	58.767	65.586	58.767
Provisão fechamento das minas (iii)	452	1.380	452	1.380
Em andamento e outros (iv)	57.237	38.124	69.935	51.600
Total imobilizado e intangível (18.1)	705.527	670.080	1.511.799	1.521.958
Direito de uso – arrendamento (18.2)	39.573	-	49.552	-
	745.100	670.080	1.561.351	1.521.958

- (i) Terras utilizadas para o plantio de eucalipto destinado à produção de biorredutor, utilizado na produção de ligas, com a área total de 64.070 hectares.
- (ii) Trata-se de concessão de exploração de minas de cromo e de custos com desenvolvimento da lavra em minas próprias e arrendadas de controladas. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério exaurido proporcionalmente à reserva lavrável estimada.
- (iii) Gastos representativos de fechamento das minas decorrentes da finalização das atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação é realizado proporcionalmente à exaustão de minérios das minas.
- (iv) Entre os projetos em andamento, destaca-se o Hard Lump que tem como objetivo a melhoria dos processos de beneficiamento e lavra, visando o aumento de produção do minério de cromo, e, assim como, os investimentos referentes à renovação de máquinas e equipamentos pesados utilizados no processo de mineração para dar suporte à curva de crescimento da produção exigida pelo referido projeto.

O quadro abaixo demonstra a vida útil econômica dos ativos, sendo que as taxas anuais de depreciação foram calculadas pelo método linear:

	Média vida útil (anos)
<u>Imobilizado</u>	
Máquinas e equipamentos	21
Veículos e tratores	5
Edificações	25
Móveis e utensílios	10
Informática	5
Outros	5
<u>Direito de uso em arrendamento</u>	
Direito de uso máquinas e equipamentos	4
Direito de uso terreno	29
Direito de uso edificações	5

## 18.1. Imobilizado e intangível

	Controladora										
	Terras para plantio	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Minas	Provisão fechamento das minas	Imobilizações em andamento, intangível e outros	Total
Custo											
Saldo em 31/12/2017	115.419	23.882	190.548	559.175	74.855	11.461	10.019	89.325	9.115	42.459	1.126.258
Adições e transferências	-	2.475	12.784	30.429	1.328	758	442	8.945	-	10.524	67.685
Baixas e reclassificações	-	-	-	(986)	(2.672)	-	(30)	-	-	(1.121)	(4.809)
Saldo em 31/12/2018	115.419	26.357	203.332	588.618	73.511	12.219	10.431	98.270	9.115	51.862	1.189.134
Adições e transferências	-	-	10.990	43.255	1.188	301	660	10.734	-	21.712	88.840
Baixas e reclassificações	-	-	-	-	-	-	(131)	-	-	(172)	(303)
Saldo em 31/12/2019	115.419	26.357	214.322	631.873	74.699	12.520	10.960	109.004	9.115	73.402	1.277.671
Saldo em 31/12/2017			(46.069)	(286.850)	(66.582)	(7.520)	(7.473)	(35.211)	(7.094)	(10.573)	(467.372)
Despesa de depreciação e exaustão			(7.594)	(34.574)	(3.584)	(732)	(976)	(4.292)	(641)	(3.165)	(55.558)
Baixas e reclassificações			-	1.157	2.689	-	30	-	-	-	3.876
Saldo em 31/12/2018			(53.663)	(320.267)	(67.477)	(8.252)	(8.419)	(39.503)	(7.735)	(13.738)	(519.054)
Despesa de depreciação e exaustão			(7.903)	(34.261)	(2.766)	(455)	(747)	(3.915)	(928)	(2.427)	(53.402)
Baixas e reclassificações			-	181	-	-	131	-	-	-	312
Saldo em 31/12/2019			(61.566)	(354.347)	(70.243)	(8.707)	(9.035)	(43.418)	(8.663)	(16.165)	(572.144)
Saldos líquidos em											
31/12/2018	115.419	26.357	149.669	268.351	6.034	3.967	2.012	58.767	1.380	38.124	670.080
31/12/2019	115.419	26.357	152.756	277.526	4.456	3.813	1.925	65.586	452	57.237	705.527

	Consolidado										
	Terras para plantio	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Minas	Provisão fechamento das minas	Imobilizações em andamento, intangível e outros	Total
<u>Custo</u>											
Saldo em 31/12/2017	115.571	29.051	194.896	565.737	83.642	11.525	10.252	89.325	9.115	43.924	1.153.038
Aquisição BW Guirapá		601	208.172	579.429	-	58	23	-	-	12.369	800.652
Ajuste a valor justo aquisição BW	-	-	(7.507)	87.562	-	3	(20)	-	-	-	80.038
Adições e transferências	-	2.475	12.784	30.447	1.328	758	442	8.945	-	10.524	67.703
Baixas e reclassificações	-	-	(46.900)	45.006	(2.672)	-	(30)	-	-	(941)	(5.537)
Saldo em 31/12/2018	<u>115.571</u>	<u>32.127</u>	<u>361.445</u>	<u>1.308.181</u>	<u>82.298</u>	<u>12.344</u>	<u>10.667</u>	<u>98.270</u>	<u>9.115</u>	<u>65.876</u>	<u>2.095.894</u>
Adições e transferências	-	-	10.990	44.084	1.188	337	708	10.734	-	21.739	89.780
Reclassificações	-	-	-	(1.236)	-	-	(131)	-	-	(223)	(1.590)
Saldo em 31/12/2019	<u>115.571</u>	<u>32.127</u>	<u>372.435</u>	<u>1.351.029</u>	<u>83.486</u>	<u>12.681</u>	<u>11.244</u>	<u>109.004</u>	<u>9.115</u>	<u>87.392</u>	<u>2.184.084</u>
<u>Depreciação e exaustão acumuladas</u>											
Saldo em 31/12/2017			(49.703)	(293.285)	(75.369)	(7.584)	(7.703)	(35.211)	(7.094)	(10.574)	(486.523)
Despesa de depreciação e exaustão			(14.075)	(59.973)	(3.584)	(732)	(976)	(4.292)	(641)	(3.702)	(87.975)
Baixas e reclassificações			-	1.157	2.689	-	30	-	-	-	3.876
Realização mais-valia			311	(3.625)	-	-	-	-	-	-	(3.314)
Saldo em 31/12/2018			<u>(63.467)</u>	<u>(355.726)</u>	<u>(76.264)</u>	<u>(8.316)</u>	<u>(8.649)</u>	<u>(39.503)</u>	<u>(7.735)</u>	<u>(14.276)</u>	<u>(573.936)</u>
Despesa de depreciação e exaustão			(10.839)	(71.412)	(2.766)	(455)	(795)	(3.915)	(928)	(3.181)	(94.291)
Baixas e reclassificações			-	181	-	-	179	-	-	-	360
Realização mais-valia			415	(4.833)	-	-	-	-	-	-	(4.418)
Saldo em 31/12/2019			<u>(73.891)</u>	<u>(431.790)</u>	<u>(79.030)</u>	<u>(8.771)</u>	<u>(9.265)</u>	<u>(43.418)</u>	<u>(8.663)</u>	<u>(17.457)</u>	<u>(672.285)</u>
Saldos líquidos em 31/12/2018	<u>115.571</u>	<u>32.127</u>	<u>297.978</u>	<u>952.455</u>	<u>6.034</u>	<u>4.028</u>	<u>2.018</u>	<u>58.767</u>	<u>1.380</u>	<u>51.600</u>	<u>1.521.958</u>
31/12/2019	<u>115.571</u>	<u>32.127</u>	<u>298.544</u>	<u>919.239</u>	<u>4.456</u>	<u>3.910</u>	<u>1.979</u>	<u>65.586</u>	<u>452</u>	<u>69.935</u>	<u>1.511.799</u>

## 18.2. Direito de uso em arrendamento

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado			
	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Edificações	Total
<b>Custo</b>					
Adoção inicial 01/01/2019	29.340	29.340	10.321	151	39.812
Adições	25.677	25.677	-	-	25.677
Remensuração	370	370	(155)	3	218
	<u>55.387</u>	<u>55.387</u>	<u>10.166</u>	<u>154</u>	<u>65.707</u>
<b>Depreciação</b>	(15.814)	(15.814)	(309)	(32)	(16.155)
Saldo em 31/12/2019	<u>39.573</u>	<u>39.573</u>	<u>9.857</u>	<u>122</u>	<u>49.552</u>

Os montantes reconhecidos na adoção inicial e as adições no montante total individual de R\$55.387 e consolidado de R\$65.707 não afetaram as demonstrações de fluxo de caixa e parte da depreciação do direito de uso em arrendamento no montante de R\$2.930 foi apropriado no custo do estoque.

## 19. ATIVO BIOLÓGICO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

Os ativos biológicos estão representados pelas florestas formadas e em formação, destinadas ao fornecimento de madeira para a produção de biorredutor, que por sua vez é uma matéria-prima na fabricação de ferroligas de silício. As florestas encontram-se localizadas na Bahia.

A movimentação do saldo dos ativos biológicos e o efeito líquido da variação do valor justo no resultado estão demonstrados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
No início do exercício	199.408	212.746
Plantios e manutenção	26.477	23.593
Exaustão*	(82.708)	(59.197)
Variação de valor justo	41.983	22.266
No final do exercício	<u>185.160</u>	<u>199.408</u>

(\*) No exercício de 2019 a exaustão do ativo biológico foi de R\$82.708 (2018, R\$59.197), sendo (i) R\$35.990 (2018, R\$26.645) referentes ao custo histórico; (ii) R\$42.559 (2018, R\$30.154) do valor justo pela venda/consumo; e (iii) R\$4.159 (2018, R\$2.398) do valor justo transferido para o estoque.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do custo histórico é de R\$132.918 (2018, R\$142.431).

As florestas em formação com menos de 2 (dois) anos são mantidas ao custo histórico em decorrência do entendimento da Administração de que durante esse período o custo histórico da floresta em formação se aproxima do valor justo.

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos foi utilizado o modelo de fluxo de caixa descontado, cujas projeções estão baseadas em um único cenário projetivo, com produtividade e área de plantio de eucalipto para um ciclo de corte de aproximadamente 7 (sete) anos. O período dos fluxos de caixa foi projetado de acordo com o ciclo de produtividade dos projetos florestais. O volume de produção de "madeira em pé" de eucalipto a ser colhida foi estimado considerando a produtividade média por m3 de madeira

de cada horto na idade de corte.

A produtividade média varia em função do material genético, condições edafo-climáticas (clima e solo) e, principalmente, do manejo silvicultural. Este componente de volume projetado consiste no Incremento Médio Anual (IMA) por região. São realizados inventários anuais para validar os índices de crescimento.

Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos pelos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros, considerando o cenário de preços de destinação do eucalipto para produção de madeira, além dos meios de pesquisas de preço no mercado regional, através de estudo realizado por empresa especializada e independente. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado do segmento de recursos florestais da Companhia.

O custo-padrão médio estimado contempla gastos com as atividades de roçada, controle químico de mato-competição, combate a formigas e outras pragas, adubação, manutenção de estradas, insumos, serviços e mão de obra própria. Também foram considerados os custos estimados pela remuneração das terras próprias utilizadas para o cultivo.

Principais premissas consideradas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Área de efetivo plantio (hectare)	25.700	25.756
Incremento médio anual (IMA) – m <sup>3</sup> /hectare ano	31,85	32,00
Remuneração da terra própria – R\$/hectare	570,00	510,00
Taxa de desconto - %	4,65%	7,18%

Os valores justos dos ativos biológicos foram considerados como de nível 3 na hierarquia do valor justo definida pelo IFRS 13 / CPC 46 (informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado, ou seja, premissas não observáveis).

A Companhia possui 17.168 hectares de ativos biológicos dados em garantia para financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) referente à linha de crédito de R\$40.493. No exercício de 2018, foram liberados R\$2.500 desta linha. No exercício de 2019 não houve demais liberações.

## 20. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Energia elétrica	15.424	14.945	15.424	14.945
Matéria-prima e insumos	34.778	31.273	34.778	31.273
Outros fornecedores	17.550	10.008	19.096	14.866
	<u>67.752</u>	<u>56.226</u>	<u>69.298</u>	<u>61.084</u>



## 21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante:</b>				
Financiamentos (i)	46.102	18.030	46.102	18.030
Financiamento BNDES BW Guirapá (ii)	-	-	26.269	26.492
	46.102	18.030	72.371	44.522
Custo de captação	-	-	(451)	(451)
Total do circulante	46.102	18.030	71.920	44.071
<b>Não circulante:</b>				
Financiamentos (i)	140.028	46.132	287.407	46.132
Financiamento BNDES BW Guirapá (ii)	-	-	140.028	312.026
	140.028	46.132	427.435	358.158
Custo de captação	-	-	(4.958)	(5.414)
Total do não circulante	140.028	46.132	422.477	352.744
<b>Total</b>	<b>186.130</b>	<b>64.162</b>	<b>494.397</b>	<b>396.815</b>

(i) Capital de terceiros de longo prazo para aplicação em investimento na área florestal e para aquisição de máquinas e equipamentos alocados na metalurgia e mineração.

(ii) Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) captado pela controlada BW Guirapá e suas controladas em 6 de outubro de 2015 para financiamento da construção dos parques eólicos. As garantias oferecidas para o pagamento da dívida foram: penhor das ações da BW Guirapá, penhor de direitos creditórios (contrato de O&M), penhor de direitos emergentes (autorização de produtora independente), penhor de máquinas e equipamentos (aerogeradores), cessão fiduciária de direitos creditórios (receitas de venda de energia e do CER, e constituição de contas reservas) e fiança bancária.

O quadro abaixo demonstra as principais características das dívidas da Companhia e de suas controladas:

Modalidade	Vencimentos	Encargos (a.a.)	Amortização	Garantias	Saldo
FINEX	2020	8,2%	Trimestral	Histórico de Exportação	10.646
FINAME	2021 a 2024	TJLP + 3,5% a 3,9%.	Mensal	Alienação fiduciária	6.713
FINAME	2022 a 2024	2,5% a 6%	Mensal	Alienação fiduciária	5.758
FINEM	2022 a 2025	TJLP + 1,52% a 2,26%	Mensal	Hipoteca de terreno	23.962
NCE *	2024	CDI + 0,70%	Anual	Histórico de Exportação	139.051
Total controladora					186.130
FINEM	2032	TJLP + 2,65%	Mensal	Vide (ii)	313.676
Total consolidado					499.806

(\*) A Companhia captou, no segundo semestre de 2019, o montante de R\$137.000 com o Banco Bradesco S.A., que será pago em 05 (cinco) parcelas anuais (2020 a 2024) decorrente da liquidação antecipada do saldo devedor da aquisição da BW Guirapá junto aos respectivos vendedores sem incorrer em penalidades ou de qualquer compensação financeira (nota explicativa nº 23).

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	66.382	66.382
Aquisição da BW Guirapá	-	349.719
Captação	30.500	30.790
Juros e variações monetárias provisionados	5.265	29.005
Amortização custo de captação	-	337
Juros pagos	(4.703)	(26.896)
Amortização de principal	(33.282)	(52.522)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	64.162	396.815
Captação	137.000	137.000
Juros e variações monetárias provisionados	6.203	34.291
Amortização custo de captação	-	456
Juros pagos	(4.098)	(31.225)
Amortização de principal	(17.137)	(42.940)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	186.130	494.397

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2021	37.844	61.623
2022	35.835	60.123
2023	30.541	55.333
2024	32.697	57.991
2025 em diante	3.111	187.407
Total	140.028	422.477

#### Cláusulas contratuais restritivas – covenants

A Companhia possui financiamentos os quais incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de *performance* de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos *covenants*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia cumpriu as cláusulas restritivas, financeiras e não financeiras, dos contratos vigentes nesta data.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atendeu o índice exigido nos contratos de financiamento em que a razão entre dívida financeira líquida e o EBTIDA, consolidados, deverá ser menor ou igual a 2,5x durante todo o período de vigência dos contratos.

Especificamente à BW Guirapá e às Centrais Eólicas, é exigido manter, durante toda a vigência do contrato de financiamento do BNDES, o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) anual consolidado em 1,30, o qual foi atendido em 31 de dezembro de 2019. Além disso, têm como obrigações relevantes, cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Essas cláusulas foram atendidas.

## 22. ARRENDAMENTO A PAGAR

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado			
	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Edificações	Total
Adoção inicial 01/01/2019	29.340	29.340	10.321	151	39.812
Adições	25.677	25.677	-	-	25.677
Remensuração	370	370	(155)	3	218
Baixas	(17.160)	(17.160)	(711)	(33)	(17.904)
Atualização monetária	556	556	36	1	593
Saldo em 31/12/2019	<u>38.783</u>	<u>38.783</u>	<u>9.491</u>	<u>122</u>	<u>48.396</u>
Circulante	20.504				21.179
Não circulante	18.279				27.217

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2021	12.765	13.411
2022	5.394	6.012
2023	120	699
2024	-	534
2025 a 2029	-	2.783
2030 a 2034	-	1.853
2035 a 2039	-	1.474
2040 a 2044	-	392
2045 em diante	-	59
Total	<u>18.279</u>	<u>27.217</u>

A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de máquinas e equipamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os potenciais efeitos de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação	61.767	55.387
PIS/COFINS potencial (9,25%)	5.713	5.123

## 23. OBRIGAÇÕES COM AQUISIÇÃO DE CONTROLADA (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

	31/12/2018	Atualização	Pagamento	31/12/2019
Saldo remanescente aquisição	169.543	7.702	(177.245)	-
Negociação com fornecedores	4.978	-	-	4.978
<i>Earn-out payment</i>	2.215	69	-	2.284
Total	<u>176.736</u>	<u>7.771</u>	<u>(177.245)</u>	<u>7.262</u>
Circulante	39.554			-
Não circulante	137.182			7.262

Em setembro de 2020, a Companhia liquidou antecipadamente o saldo devedor de R\$137.000, referente ao preço de aquisição do Complexo Eólico BW Guirapá, junto aos respectivos vendedores, o qual seria pago em 2 (duas) parcelas anuais (2020 e 2021), a um custo financeiro de CDI +1% a.a., sem incorrer em penalidades ou de qualquer compensação financeira e assumiu uma nova dívida, de mesmo valor, com o Banco Bradesco S.A., que será paga em um prazo maior, 5 (cinco) parcelas anuais (2020 a 2024), a um custo financeiro menor de CDI +0,7% a.a. (vide nota explicativa nº 21). Os saldos remanescentes das obrigações com a aquisição de controlada se referem à contraprestação contingente (*earn-out payment*) de R\$2.284 e R\$4.978 de negociação com fornecedores (vide nota explicativa nº 17.1).

## 24. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ATUARIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante:				
Salários e encargos	9.906	9.645	9.937	9.685
Provisões trabalhistas e encargos	18.828	19.865	18.828	19.865
Participações nos lucros (i)	33.508	45.581	33.508	45.581
	<u>62.242</u>	<u>75.091</u>	<u>62.273</u>	<u>75.131</u>
Não circulante:				
Obrigações trabalhistas e atuariais (ii)	86.723	67.586	86.723	67.586
	<u>148.965</u>	<u>142.677</u>	<u>148.996</u>	<u>142.717</u>

- (i) O Estatuto Social da Companhia estabelece que do lucro do exercício seja destinado até 10% (dez por cento) para distribuição aos empregados e até 10% (dez por cento) do saldo resultante para participação dos administradores. Conforme nota explicativa nº 33, no exercício de 2019, a Companhia provisionou participações de administradores e empregados, nos montantes de R\$10.571 (R\$9.979 em 31 de dezembro de 2018) e R\$22.876 (R\$35.602 em 31 de dezembro de 2018), respectivamente.
- (ii) A Companhia mantém um plano de contribuição definida de aposentadoria complementar, administrado pela BRASILPREV Seguros e Previdência S.A. e assistencial de Plano de Saúde administrado pelo Bradesco Saúde.

A Companhia estipula ainda benefício pós-emprego adicional para colaboradores que recebam salário abaixo do teto previdenciário e que tenham trabalhado na Companhia por pelo menos 10 (dez) anos ininterruptos. Trata-se de um pagamento único ao colaborador quando do término do seu vínculo empregatício.

Adicionalmente, a Companhia assegura a seus colaboradores que se aposentam ou que são desligados sem justa causa, o direito de permanecer no plano de saúde

empresarial, desde que sejam cumpridas as exigências legais estabelecidas para tal. Nesse caso, as condições de cobertura assistencial permanecem as mesmas quando da vigência do contrato de trabalho, desde que o optante assuma o pagamento integral do referido plano.

A Companhia constituiu provisão de benefício pós-emprego referente à multa do FGTS quando da aposentadoria para os empregados expostos a riscos nocivos (aposentadoria especial), optantes pelo FGTS, desligados ao seu pedido, e não permanecendo na ocasião do seu desligamento. Estes aposentados especiais farão jus ao benefício como se fossem desligados, desde que o tempo de serviço seja superior a 5 ou 8 anos, a depender da localidade em que trabalham.

- (a) Segue abaixo quadro com a movimentação do valor presente das obrigações atuariais (controladora e consolidada):

	Plano de Saúde	Previdência Privada, prêmio aposentadoria e multa FGTS	Total
Valor das obrigações atuariais no início do exercício	43.480	24.106	67.586
Despesa serviço corrente e juros sobre a obrigação reconhecidos no resultado do exercício	7.674	2.904	10.578
Contribuições vertidas pelo empregador no ano (-)	(921)	(915)	(1.836)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	18.893	(8.498)	10.395
Valor presente das obrigações atuariais ao final do exercício	69.126	17.597	86.723

- (b) A seguir os ganhos e perdas atuariais no exercício sobre o valor presente da obrigação de benefício definido, com identificação daqueles ocorridos por alteração nas premissas demográficas e financeiras e aqueles por ajuste de experiência, bem como identificação dos montantes a reconhecer em Outros Resultados Abrangentes (controladora e consolidado).

	Plano de Saúde	Previdência Privada, prêmio de aposentadoria e multa FGTS	Total
Ganho/(Perda) atuarial por mudança nas premissas demográficas	(2.322)	(1.599)	(3.921)
Ganho/(Perda) atuarial por mudança nas premissas financeiras	19.911	1.945	21.856
Ganho/(Perda) atuarial por ajustes de experiência	1.304	(8.844)	(7.540)
Montantes a serem reconhecidos em ORA no final do exercício	18.893	(8.498)	10.395

- (c) Análise de sensibilidade dos resultados de avaliação atuarial do passivo de benefícios pós-emprego; para essa análise, foram consideradas variações sobre as premissas de mortalidade geral, taxas de juros, inflação médica e opção de permanência no plano de aposentadoria em relação ao cenário base (controladora e consolidado).

	Plano de Saúde		Previdência Privada, prêmio de aposentadoria e multa FGTS	
	Passivo	Impacto	Passivo	Impacto
Cenário base	69.126		17.597	
Mortalidade geral – suavização de 10% nas taxas de mortalidade	71.228	3,04%	17.613	0,09%
Mortalidade geral – agravamento de 10% nas taxas de mortalidade	67.214	(2,77%)	17.581	(0,09%)
Taxas de juros real – redução de 0,50% a.a.	77.823	12,58%	18.213	3,50%
Taxas de juros real – incremento de 0,50% a.a.	61.758	(10,66%)	17.019	(3,28%)
Inflação médica – aumento de 1,00% a.a.	87.954	27,24%		
Inflação médica – redução de 1,00% a.a.	55.404	(19,85%)		

(d) Premissas atuariais

	31/12/2019	31/12/2018
Taxa esperada de inflação - % a.a.	4,00	4,00
Taxa real de desconto - Plano de Previdência - % a.a.	2,96	4,85
Taxa real de desconto - Custeio plano de saúde - % a.a.	3,46	5,05
Taxa real de desconto - Prêmio de aposentadoria - % a.a.	2,77	4,60
Taxa real de desconto - Multa FGTS - % a.a.	2,80	4,60
Taxa de rotatividade - % a.a.	6,00	5,00
Crescimento real de salários - % a.a.	0,50	1,50
Permanência no plano após aposentadoria - % (subsídio indireto)	55,00	55,00
Elegibilidade à aposentadoria	65 normal 25,20 e 15 especial	65 normal 25,20 e 15 especial

## 25. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante:				
IRPJ e CSLL	-	-	366	1.046
IPI	354	1.873	354	1.873
ICMS	1.675	14.351	1.675	14.351
IRRF a recolher	2.443	2.324	2.566	2.513
PIS e COFINS	4.147	1.705	4.502	2.263
Outros	1.293	891	1.324	922
	9.912	21.144	10.787	22.968
Não circulante:				
PIS e COFINS	-	-	87	87
	-	-	87	87
	9.912	21.144	10.874	23.055

## 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROTEÇÃO CAMBIAL (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de vendas de dólar norte-americano (US\$) a termo (NDF) para minimizar os riscos envolvendo o impacto da flutuação cambial sobre a conversão dos seus preços de vendas, tanto no mercado externo quanto no mercado doméstico, conforme política interna, aprovada pela Administração. A metodologia de determinação do valor das NDF é feita pela marcação a mercado utilizando taxas referenciais da B3.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

As informações sobre as operações com derivativos designados e não designados para *hedge accounting* (*hedge* de fluxo de caixa) em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas no quadro abaixo:

Instrumento de <i>hedge</i>				Objeto de <i>hedge</i>
Vencimentos	Operação	Nocional (US\$)	Valor justo	Operação
1º trimestre de 2020	NDF	42.500	(3.667)	Vendas futuras
2º trimestre de 2020	NDF	48.200	(94)	Vendas futuras
3º trimestre de 2020	NDF	38.800	393	Vendas futuras
4º trimestre de 2020	NDF	30.700	5.111	Vendas futuras
1º trimestre de 2021	NDF	6.000	1.197	Vendas futuras
2º trimestre de 2021	NDF	2.000	396	Vendas futuras
		<u>168.200</u>	<u>3.336</u>	

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou o montante de R\$21.751 que foi considerado efetivo para fins de *hedge accounting*, no patrimônio líquido.

No exercício, foram liquidados contratos de *hedge*, cujos ganhos líquidos foram reconhecidos no resultado, no montante de R\$26.132 (2018, perda líquida de R\$15.096) – vide nota explicativa nº 34.

As informações sobre as operações com derivativos designados e não designados para *hedge accounting* (*hedge* de fluxo de caixa) em 31 de dezembro de 2018 estão demonstradas no quadro abaixo:

Instrumento de <i>hedge</i>			Objeto de <i>hedge</i>	
Vencimentos	Operação	Nocional (US\$)	Valor justo	Operação
1º trimestre de 2019	NDF	27.000	4.562	Vendas futuras
2º trimestre de 2019	NDF	27.000	5.334	Vendas futuras
3º trimestre de 2019	NDF	27.000	8.059	Vendas futuras
4º trimestre de 2019	NDF	27.000	7.132	Vendas futuras
		<u>108.000</u>	<u>25.087</u>	

A seguir a movimentação de *hedge* durante o exercício de 2019 e 2018:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	993
Movimentação <i>hedge</i>	<u>24.094</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (ativo circulante)	25.087
Movimentação <i>hedge</i>	<u>(21.751)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>3.336</u>
Ativo circulante	1.742
Ativo não circulante	1.594

## 27. PROVISÃO PARA PASSIVO AMBIENTAL

A Companhia utiliza julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes à provisão para fechamento de minas e parques eólicos, a desmobilização dos ativos atrelados às suas operações. Do montante provisionado, não estão deduzidos os custos potencialmente cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta.

Os custos de desmobilização foram mensurados com base em informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento. Assim, a Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 12 – Mudanças de Passivos por Desativação, Restauração e

Outros Passivos Similares, registrando a provisão apurada a partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos ao término da autorização, descontados a valor presente considerando uma taxa real de juros baseada no CDI descontado pela inflação medida conforme o IPCA.

A movimentação dessas provisões estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Circulante</u>				
No início do exercício	-	-	1.656	-
Provisão para custos socioambientais	-	-	-	2.745
Baixas	-	-	(1.077)	(1.089)
Total circulante	-	-	579	1.656
<u>Não circulante</u>				
No início do exercício	12.293	11.049	21.134	11.049
Desmobilização de parques eólicos	-	-	-	7.858
Revisões nas estimativas de fluxos de caixa	(941)	(750)	(941)	(750)
Baixas	(734)	(1.010)	(2.081)	(1.010)
Atualização monetária, AVP e outras	4.777	3.004	4.777	3.987
Total não circulante	15.395	12.293	22.889	21.134
Total	15.395	12.293	23.468	22.790

## 28.PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base na posição de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Possível		Provável	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Tributária / Administrativa	22.152	20.838	52.248	42.369
Trabalhistas	344	1.075	5.160	6.044
Cíveis	468	439	3.145	3.032
	22.964	22.352	60.553	51.445

### 28.1. Processos provisionados e com risco de perda provável

	31/12/2019	31/12/2018
Administrativa/Tributárias:		
CFEM (i)	6.003	5.666
PIS e COFINS (ii)	12.053	11.376
Tarifas CDE e TUST (iii)	30.613	22.600
Outros	3.579	2.727
Trabalhistas (iv)	5.160	6.044
Cíveis:		
Desconstituição de escritura de terra (v)	1.611	1.511
BW Guirapá (vi)	1.309	1.309
Outros	225	212
	60.553	51.445



- (i) CFEM: A Companhia foi notificada, em julho de 2007, pelo DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral (atual Agência Nacional de Mineração - ANM) para quitar suposto débito por recolhimento indevido da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais entre janeiro de 1991 a dezembro de 2005. Os principais itens em discussão são (a) o marco de incidência, sendo considerada pelo DNPM a etapa posterior aos fornos elétricos de redução, enquanto a Companhia considera a etapa de sinterização do minério; e (b) prescrição/decadência. A Companhia apresentou recursos administrativos requerendo a nulidade das notificações e o arquivamento dos respectivos processos de cobrança, que na soma dos autos de infração, totaliza R\$ 80.801. Superada a fase administrativa sem êxito, a Companhia ingressou com medida cautelar judicial - preparatória para ação principal anulatória dos respectivos autos de infração - através da qual apresentou seguro garantia da parcela não controvertida. A ANM, nas primeiras manifestações do processo, reconheceu parcialmente o direito da Companhia, reduzindo o valor exigido pelo débito de CFEM para R\$ 37.221. Ainda assim, a Companhia entende, com respaldo na posição de seus assessores jurídicos, que parte substancial dessa autuação possui risco remoto. Com respaldo na posição de seus assessores jurídicos, a Companhia efetuou provisão de R\$6.003 (2018, R\$5.666) para cobrir a parcela do questionamento, acreditando ser provável para suprir eventual desembolso de caixa.
- (ii) PIS e COFINS: A Companhia provisionou R\$12.053 (2018, R\$11.736) referente a uma avaliação de risco realizada pela Administração, apoiada por escritório tributário sobre créditos extemporâneos lançados e compensados com tributos federais.
- (iii) A Companhia participa de ações ajuizadas pela ABRACE - Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres, através da qual contesta o valor calculado pela ANEEL, relativo à conta de desenvolvimento energético - CDE e à Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). A Companhia realizou provisão de R\$19.192 (2018, R\$19.192) referente à CDE e complementou a provisão referente à TUST totalizando R\$11.421 (2018, R\$3.408) por conta da revogação da liminar que excluía a parcela de remuneração da base da TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados.
- (iv) Trabalhistas: A Companhia e suas controladas possuem diversos processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários ou por funcionários de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária) que versam sobre o pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais, dentre outros). São ao todo 198 processos em 31 de dezembro de 2019 e o montante provisionado para aqueles considerados de perda provável - na sua totalidade ou em parte - é de R\$5.160 (2018, R\$6.044).
- (v) Desconstituição de escritura de terra: A Companhia adquiriu, de boa-fé, imóveis na Bahia para plantio de eucalipto. Mesmo não existindo ônus real sobre estas propriedades no ato da transferência, a Companhia foi acionada por uma empresa visando anular os contratos de compra e venda por possuir estas terras como garantias em um processo de falência de antigos proprietários. A Companhia mantém provisão de R\$1.611 (2018, R\$1.511) para fazer face as prováveis perdas envolvidas nesta discussão.
- (vi) Na aquisição da BW Guirapá a Companhia registrou provisão no montante de R\$1.309 referente a processos de indenização por danos relativos à implantação dos parques eólicos (vide nota explicativa nº 17.1).

A seguir a movimentação das provisões:

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.439	45.274	1.484	52.197
Novos processos/complementos	605	7.858	1.548	10.011
Reversões	-	(12.082)	-	(12.082)
Atualizações monetárias	-	1.319	-	1.319
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.044	42.369	3.032	51.445
Novos processos/complementos	3	11.451	113	11.567
Reversões	(887)	(2.585)	-	(3.472)
Atualizações monetárias	-	1.013	-	1.013
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.160	52.248	3.145	60.553

## 28.2. Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados

- **Administrativos tributários:** A Companhia responde a uma série de questionamentos envolvendo pagamentos considerados indevidos ou a maior e multas, grande parte em função de diferenças entre demonstrativos e obrigações acessórias. A Companhia considera que parte do risco é possível, totalizando R\$4.448 (2018, R\$2.263).
- **A Prefeitura Municipal de Queimadas** atuou por irregularidade nos seus processos minerários e considera que parte do risco é possível, totalizando R\$553 (2018, R\$493).
- **Compensação tributos:** A Companhia discute a utilização de créditos para compensar outros tributos federais junto à Receita Federal. A Companhia entende que existe uma parcela de risco possível no valor de R\$7.383 (2018, R\$8.892).
- **PIS e COFINS:** No caso das autuações supracitadas relacionadas ao PIS e a COFINS dos anos base 2005 e 2006, a diferença entre o risco total e a parcela de risco provável totaliza R\$9.795 (2018, R\$9.190), sendo esta parcela considerada risco possível.
- **Trabalhistas:** A Companhia possui processos movidos por ex-funcionários ou por funcionários de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária) para os quais os assessores jurídicos da Companhia entendem que a perda é possível, sendo que para esses processos, o risco estimado é R\$344 (2018, R\$1.075).
- **Cíveis:** A Companhia possui ações indenizatórias por danos morais e possessórias contra si ajuizadas, cujo risco é considerado possível por seus assessores jurídicos e totaliza R\$468 (2018, R\$439).
- A Companhia possui ações de desapropriação de terras movidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que se encontram em discussão judicial (valor das indenizações). Em caso de desapropriação destas terras, as mesmas serão indenizadas em Títulos da Dívida Agrária (TDAs).

## 29. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Resultado			Contas a receber de clientes (ii)	Outros fornecedores (iii)	Juros sobre o capital próprio
	Custos com arrendamento (i)	Receita de vendas (ii)	Outras despesas operacionais (iii)			
Controladora:						
Fundação José Carvalho	-	74	9.179	50	829	-
Controladas:						
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A.	840	-	-	-	-	-
Mineração Vale do Jacurici S.A.	360	-	-	-	-	-
Reflorestadora e Agrícola S.A.	60	-	-	-	-	-
Indústria de Minérios Damacal Ltda.	36	-	-	-	-	-
Parte relacionada:						
Marubeni Corporation	-	234.718	-	20.728	-	-
Total em 31 de dezembro de 2019	<u>1.296</u>	<u>234.792</u>	<u>9.179</u>	<u>20.778</u>	<u>829</u>	<u>-</u>
Total em 31 de dezembro de 2018	<u>1.296</u>	<u>177.255</u>	<u>84</u>	<u>13.867</u>	<u>102</u>	<u>4.258</u>

(i) Refere-se a arrendamento das operações das Companhias controladas.

(ii) Refere-se à receita e contas a receber por venda de ligas (FeSi75) à vinculada no exterior e contas a receber por venda de madeira, cal virgem e pó de escórias à Controladora.

(iii) Refere-se a: (a) contratos para fornecimentos de refeições e laticínios para a Companhia; (b) Termo de Cooperação e Parceria para a reserva e garantia de matrículas em escolas da Fundação José Carvalho para dependentes dos funcionários da Companhia que residam nos municípios das sedes escolares (Pojuca, Catu e Andorinhas); (c) Convênio para formação sócio-educativo-esportiva, de crianças de 8 a 14 anos, estudantes de ensino público, visando o desenvolvimento da aprendizagem e da prática esportiva; e (d) Termo de Cooperação e Parceria para implantação do Memorial José Carvalho cujo objetivo é preservação da memória, do patrimônio cultural, do acervo existente, da residência do fundador em vida, além de sediar o programa permanente de cultura organizacional.

A Companhia não possui garantias concedidas ou recebidas a/de partes relacionadas.

### 29.1. Remuneração da Administração

Aprovada em Assembleia Geral Ordinária, a remuneração global do pessoal-chave da Administração, que inclui os conselheiros e diretores estatutários, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração global	24.050	22.194	26.962	24.780
Encargos previdenciários	2.529	2.208	3.110	2.443
	<u>26.579</u>	<u>24.402</u>	<u>30.072</u>	<u>27.223</u>

A Companhia e suas controladas não possuem pessoal-chave que não seja estatutário, e também não possuem planos de remuneração baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo, além do divulgado na nota explicativa nº 24.

### 30. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### 30.1. Capital social

O limite do capital autorizado da Companhia é de R\$1.500.000 (um bilhão e quinhentos mil reais). O capital social subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, totaliza R\$1.225.444 (um milhão, duzentos e vinte e cinco mil e quatrocentos e quarenta e quatro mil reais), sendo que o capital subscrito e integralizado está representado por 88.320 mil ações nominativas sem valor nominal, sendo 29.440 mil ações ordinárias e 58.880 mil ações preferenciais, assim distribuídos:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Acionistas				
Fundação José Carvalho	29.086.696	15.416.000	29.086.696	15.534.200
Dimensional Funds	-	1.915.827	-	1.901.537
Market Vectors Minor Metal ETF	-	-	-	626.523
Alfa 16 F.I.A.	-	900.000	-	800.000
Outros acionistas	313.304	37.464.873	313.304	36.834.440
Ações em tesouraria	40.000	3.183.300	40.000	3.183.300
	<u>29.440.000</u>	<u>58.880.000</u>	<u>29.440.000</u>	<u>58.880.000</u>

A Companhia pode, por deliberação em Assembleia Geral, promover o aumento das diversas espécies e classes existentes, sem guardar proporção com as demais ou criar uma nova classe de ações preferenciais, observando o limite de 2/3 do total das ações emitidas para as ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrições quanto a tal direito.

#### 30.2. Ações em tesouraria

A Companhia possui ações adquiridas através de programa de recompra de ações. As ações adquiridas no âmbito do programa permanecerão em tesouraria, sendo que a decisão sobre a alienação e ou cancelamento dessas ações será tomada em momento oportuno e será devidamente comunicada ao mercado. O volume de ações em tesouraria e respectivos valores de mercado, considerando o preço de fechamento de cotação na B3, é como segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	PN	ON	PN	ON
Quantidade de ações em tesouraria	3.183.300	40.000	3.183.300	40.000
Cotação na B3 - R\$/ação	20,01	33,32	20,45	24,32

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm garantia estatutária de pagamento de dividendos 10% superiores àqueles pagos aos possuidores de ações ordinárias e prioridade no reembolso de capital.

#### 30.3. Reservas de lucros

- A reserva legal é constituída com aumento do capital social e a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros.
- As reservas de lucro incentivos fiscal SUDENE, relativa ao imposto de renda refere-se à parcela do incentivo fiscal do imposto de renda (lucro da exploração) e ICMS

DESENVOLVE relativo ao ganho do incentivo fiscal do saldo devedor do imposto sobre circulação de mercadorias. Estas reservas são constituídas transferindo-se a parcela de incentivo fiscal que afetou a despesa com imposto de renda e ICMS do exercício e não poderão ser distribuídas a acionistas. A reserva referente à SUDENE contempla também valor de reinvestimento do imposto de renda.

- (c) Os lucros, após a apropriação da reserva legal, reserva de lucros (incentivo fiscal) e atribuição dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas, são transferidos para a conta de reserva de retenção de lucros para a realização de investimentos, a ser realizada de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

### 30.4. Outros resultados abrangentes e ajuste de avaliação patrimonial

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. Criado pela Lei nº 11.638/07, o grupo de "Ajustes de avaliação patrimonial" mantido no patrimônio líquido da Companhia comporta ajustes de avaliações com aumentos e diminuições de ativos e passivos, quando aplicável, enquanto não computados no resultado do exercício, até a sua efetiva realização.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custo atribuído terras controladora (i)	58.811	58.811	63.385	63.385
Custo atribuído terras controladas (i)	3.019	3.019	3.019	3.019
Ajustes instrumentos financeiros (nota explicativa nº 26)	3.336	25.087	3.336	25.087
Ajustes de obrigações atuariais (nota explicativa nº 24)	(31.034)	(20.639)	(31.034)	(20.639)
Impostos diferidos	(10.579)	(21.508)	(12.134)	(23.063)
	<u>23.553</u>	<u>44.770</u>	<u>26.572</u>	<u>47.789</u>

- (i) Custo atribuído do ativo imobilizado (*deemed cost*) para as terras florestais, opção exercida na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis convergentes aos IFRS em 1º de janeiro de 2009.

### 30.5. Reserva de lucros a realizar

A Companhia constituiu reserva de lucros a realizar proveniente do ganho por compra vantajosa da aquisição do complexo BW Guirapá (nota explicativa nº 17.1) no montante de R\$49.595 no exercício de 2018.

### 30.6. Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. Os juros sobre o capital próprio são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo obrigatório. A ação preferencial possui dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído à ação ordinária.

Conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária ("AGO") e pelo Conselho de Administração da Companhia, foram aprovados, no exercício, as seguintes distribuições de dividendos complementares e juros sobre capital próprio, brutos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), respectivamente:

Descrição	Data da aprovação	Valor	Valor por ação (em R\$)	
			Ordinária	Preferencial
Dividendos complementares	23/04/2019	20.000	0,2205889571	0,2426478528
Juros sobre capital próprio		91.173		
	28/05/2019	26.889	0,2965713305	0,3262284635
	28/08/2019	23.282	0,2567905343	0,2824695877
	26/11/2019	35.779	0,3946198751	0,4340818627
	20/12/2019	5.223	0,0576102366	0,0633712603

A Administração da Companhia propôs a distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
(=) Lucro líquido do exercício	221.176	308.799
(-) Constituição de reserva legal (5% lucro líquido)	(11.059)	(15.440)
(-) Reserva de incentivo fiscal (SUDENE, ICMS DESENVOLVE e reinvestimento)	(33.519)	(69.949)
(-) Reserva de lucro a realizar (ganho por compra vantajosa)	-	(49.595)
(=) Lucro base ajustado para distribuição	<u>176.598</u>	<u>173.815</u>
Juros sobre capital próprio		
Ações ordinárias – R\$1,0056 (31/12/2018 - R\$1,0658)	29.564	31.335
Ações preferenciais – R\$1,1062 (31/12/2018 - R\$1,1724)	<u>61.609</u>	<u>65.299</u>
Total	91.173	96.634
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	<u>52%</u>	<u>56%</u>
Dividendos complementares		
Ações ordinárias – R\$0,2205	6.485	-
Ações preferenciais – R\$0,2426	<u>13.515</u>	<u>-</u>
	<u>20.000</u>	<u>-</u>

Os juros sobre capital próprio sofreram incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), à alíquota de 15%. No intuito de garantir aos acionistas não imunes e ou não isentos os mesmos benefícios que teriam, caso auferissem remuneração, sob a forma de dividendos, foi acrescido o montante referente ao imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento).

### 31. LUCRO POR AÇÃO

Conforme definido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, o cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período de três meses atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro das operações atribuível aos acionistas da controladora	221.176	308.799
Reconciliação do resultado distribuível, por classe (numerador):		
Lucro das operações atribuível:		
Às ações ordinárias	71.720	100.133
Às ações preferenciais	149.456	208.666

	31/12/2019	31/12/2018
Média ponderada da quantidade de ações, por classe (denominador):		
Quantidade média ponderada de ações em tesouraria:		
Ordinárias emitidas	29.400.000	29.400.000
Preferenciais emitidas	55.696.700	55.696.700
Resultado básico/diluído* por ação (em R\$)		
Ações ordinárias	2,4394	3,4059
Ações preferenciais	2,6834	3,7465

(\*) A Companhia não detém ações potenciais diluíveis em circulação ou outros instrumentos que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

### 32. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	842.532	1.123.833	941.000	1.197.948
Mercado externo	553.979	484.638	553.979	484.638
	<u>1.396.511</u>	<u>1.608.471</u>	<u>1.494.979</u>	<u>1.682.586</u>
Deduções de vendas				
Devoluções e abatimentos	(16.065)	(46.084)	(16.065)	(46.084)
Impostos sobre vendas	(194.713)	(252.317)	(199.364)	(255.446)
	<u>(210.778)</u>	<u>(298.401)</u>	<u>(215.429)</u>	<u>(301.530)</u>
	<u>1.185.733</u>	<u>1.310.070</u>	<u>1.279.550</u>	<u>1.381.056</u>

### 33. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custo dos produtos vendidos (i)	(1.002.315)	(873.115)	(1.063.051)	(920.601)
Despesas com vendas	(13.693)	(10.884)	(13.693)	(10.884)
Despesas gerais e administrativas	(67.582)	(67.361)	(74.402)	(73.097)
Participação nos lucros dos funcionários	(22.937)	(35.603)	(22.937)	(35.603)
Remuneração da Administração (nota explicativa nº 29.1)	(26.579)	(24.402)	(30.072)	(27.223)
Outras receitas (despesas) (iv)	66.108	43.433	61.864	39.660
	<u>(1.066.998)</u>	<u>(967.932)</u>	<u>(1.142.291)</u>	<u>(1.027.748)</u>

A seguir a abertura por natureza dos custos dos produtos vendidos e das despesas operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custos variáveis e gastos indiretos de produtos	(490.465)	(428.669)	(497.542)	(430.182)
Despesas com pessoal (ii)	(304.762)	(310.797)	(311.868)	(315.791)
Despesas depreciação e exaustão	(144.835)	(112.357)	(186.065)	(144.774)
Despesas com prestação de serviços	(98.930)	(89.299)	(101.271)	(90.030)
Despesas com manutenção e reparos	(58.971)	(52.425)	(72.266)	(68.813)
Combustíveis e lubrificantes	(14.854)	(15.957)	(14.854)	(15.957)
Custo da capacidade ociosa	(20.289)	(1.861)	(20.289)	(1.861)
Outras receitas (despesas)	66.108	43.433	61.864	39.660
	<u>(1.066.998)</u>	<u>(967.932)</u>	<u>(1.142.291)</u>	<u>(1.027.748)</u>

(i) Os custos dos produtos vendidos incluem:

- a) Custo com a energia elétrica para o consumo nos 14 fornos elétricos. Além dos fornos elétricos, há consumo de energia nas áreas de serviços auxiliares e outras, bem como nas minerações.
- b) A Companhia importa coque metalúrgico (*met coke*) reativo (*commodity* disponível no mercado internacional) para a produção de ferrocromo.
- c) Custo com transporte de minério de cromo realizado entre as minas (Município de Campo Formoso) e a metalurgia (Pojuca - BA), por modal ferroviário.
- d) No consolidado estão inclusos os custos de depreciação, amortização, transmissão de energia, encargos de uso do sistema, operação e manutenção, etc. para a geração de energia eólica no montante de R\$61.758 (2018, R\$48.585) – vide nota explicativa nº 35.
- e) O aumento na conta de custo de capacidade ociosa pode ser justificado pelas paradas para manutenção, necessária redução de potência em alguns fornos para produção de materiais específicos e influência da decisão da Companhia de arbitrar, em função dos preços praticados pelo mercado, entre a destinação da energia contratada no Mercado Livre para a produção de ferroligas ou para comercialização.

(ii) Inclui despesas com pessoal, honorários da administração e participação nos lucros dos funcionários e administradores.

(iii) A seguir a abertura por natureza das outras receitas (despesas) líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Benefício pós-emprego	(8.742)	(23.371)	(8.742)	(23.371)
Outros impostos e contribuições (a)	(6.804)	(3.032)	(6.804)	(3.032)
Responsabilidade social e empresarial	(5.401)	(2.379)	(5.401)	(2.379)
Consultorias e pesquisas (b)	(14.040)	(1.221)	(14.040)	(1.221)
Provisões para passivos eventuais	(6.500)	(5.575)	(6.500)	(5.575)
Cessão de energia elétrica	6.520	15.187	6.520	15.187
Convênios sócio-educativos (c)	(6.469)	-	(6.469)	-
Recuperação de créditos fiscais (d)	116.111	-	116.111	-
Ganho por compra vantajosa (e)	-	75.143	-	75.143
Outras despesas	(8.567)	(11.319)	(12.811)	(15.092)
	<u>66.108</u>	<u>43.433</u>	<u>61.864</u>	<u>39.660</u>

- (a) O aumento no saldo de outros impostos e contribuições pode ser explicado pelo PIS e COFINS sobre a atualização monetária do processo referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.
- (b) O aumento no saldo de consultorias e pesquisas é justificado pela contratação de serviços geológicos de sondagem rotativa com vistas à pesquisa mineral, além dos serviços advocatícios e consultoria tributária referentes ao processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.
- (c) Vide nota explicativa nº 29.
- (d) Vide nota explicativa nº 13.
- (e) A Companhia efetuou o ajuste no montante de R\$75.143 relacionado ao ganho por compra vantajosa da BW Guirapá em 2018 (vide nota explicativa nº 17.1).



### 34.RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimentos de aplicações financeiras	14.090	21.849	19.267	27.518
Variação cambial	11.373	16.274	11.389	16.283
Atualização (exclusão ICMS base PIS/COFINS)	80.993	-	80.993	-
Outras receitas financeiras	2.750	2.764	2.936	2.954
	<u>109.206</u>	<u>40.887</u>	<u>114.585</u>	<u>46.755</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Variação cambial	(14.667)	(11.006)	(15.688)	(14.390)
Atualização provisão fechamento das minas	(3.836)	(2.254)	(3.836)	(2.254)
Juros incorridos	(15.266)	(15.630)	(42.859)	(39.461)
Outras despesas financeiras	(1.296)	(473)	(2.196)	(1.228)
	<u>(35.065)</u>	<u>(29.363)</u>	<u>(64.579)</u>	<u>(57.333)</u>
<u>Instrumento financeiro de hedge</u>				
Variação no hedge ativa	28.575	2.165	28.575	2.165
Variação no hedge passiva	(2.443)	(17.261)	(2.443)	(17.261)
	<u>26.132</u>	<u>(15.096)</u>	<u>26.132</u>	<u>(15.096)</u>
	<u>100.273</u>	<u>(3.572)</u>	<u>76.138</u>	<u>(25.674)</u>

### 35. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia procedeu à segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia os seus negócios. Os segmentos operacionais definidos pela Administração são demonstrados a seguir:

- Segmento de ligas de cromo - envolve as operações de ferroligas de cromo alto, ferroligas de baixo carbono e ferrosilício cromo;
- Segmento de ligas de silício - envolve as operações de ferroligas de silício 75 especial e o silício 75 *standard*;
- Segmento energia eólica – envolve as operações da subsidiária BW Guirapá; e
- Outros segmentos incluem - atividade florestal, com venda de madeira em pé e atividades de mineração com venda de minério de cromo, areia de cromita, cal virgem e cal hidratada.

As informações acerca do resultado financeiro, do imposto de renda e contribuição social, do total do ativo e do passivo, não foram divulgadas nas informações por segmento, em razão da não utilização, pela administração da Companhia, dos referidos dados de forma segmentada, pois os mesmos são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

	Consolidado									
	Ligas de cromo		Ligas de silício		Energia eólica		Outros segmentos (*)		Total	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Vendas líquidas										
Mercado interno	521.267	671.334	70.228	121.450	93.937	71.105	51.918	49.341	737.350	913.230
Mercado externo	109.645	75.317	407.887	374.731	-	-	24.668	17.778	542.200	467.826
	<u>630.912</u>	<u>746.651</u>	<u>478.115</u>	<u>496.181</u>	<u>93.937</u>	<u>71.105</u>	<u>76.586</u>	<u>67.119</u>	<u>1.279.550</u>	<u>1.381.056</u>
Custo dos produtos vendidos	(505.393)	(502.859)	(357.957)	(305.727)	(61.758)	(48.585)	(137.943)	(63.430)	(1.063.051)	(920.601)
Variação do valor justo ativos biológicos	-	-	-	-	-	-	41.983	22.266	41.983	22.266
Lucro bruto	<u>125.519</u>	<u>243.792</u>	<u>120.158</u>	<u>190.454</u>	<u>32.179</u>	<u>22.520</u>	<u>(19.374)</u>	<u>25.955</u>	<u>258.482</u>	<u>482.721</u>
Despesas operacionais	(38.286)	(57.104)	(28.745)	(37.948)	(7.960)	(6.961)	(4.249)	(5.134)	(79.240)	(107.147)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	<u>87.233</u>	<u>186.688</u>	<u>91.413</u>	<u>152.506</u>	<u>24.219</u>	<u>15.559</u>	<u>(23.623)</u>	<u>20.821</u>	<u>179.242</u>	<u>375.574</u>
Vendas de produtos (toneladas)										
Mercado interno	108.899	128.350	16.331	21.863					125.230	150.213
Mercado externo	15.762	10.641	81.664	65.112					97.426	75.753
	<u>124.661</u>	<u>138.991</u>	<u>97.995</u>	<u>86.975</u>					<u>222.656</u>	<u>225.966</u>

(\*) O resultado operacional em 31 de dezembro de 2019 em "Outros segmentos" teve uma redução no montante de R\$44.799 em comparação ao exercício anterior em função: (i) do benefício fiscal reintegra; (ii) dos ajustes de inventário; (iii) da capacidade ociosa; e (iv) da exaustão do ativo biológico.

### 36. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguro contra incêndio de equipamentos, explosões, danos elétricos, veículos, responsabilidade civil, riscos operacionais e empresarial e seguro garantia, em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$24.206 (2018, R\$35.260) na controladora e R\$882.503 (2018, R\$893.617) no consolidado.

### 37. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Durante o exercício de 2019 e 2018, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa, portanto estas não estão refletidas nas demonstrações de fluxos de caixas.

Descrição	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ganho (perda) com passivo atuarial	24	(10.395)	(2.737)	(10.395)	(2.737)
Revisões nas estimativas de fluxos de caixa provisão fechamento de mina	27	(941)	(750)	(941)	(750)
Dividendos / Juros sobre capital próprio declarados no exercício	30	5.223	8.361	5.308	8.454
Redução capital social da controlada Jacurici	17	-	(8.000)	-	-
Obrigação a pagar da Jacurici com controladora	17	-	-	-	8.000
Saldo (principal) a pagar com aquisição de controlada	17.1, 23	-	167.813	-	167.813
Direito de uso em arrendamentos conforme IFRS 16	18.2, 22	55.387	-	63.191	-
Depreciação Direito de uso apropriada ao custo do estoque	18.2	2.930	-	2.930	-
Exaustão apropriada ao custo do estoque	19	4.159	2.398	4.159	2.398

---

**Contador:**

Arnaldo Pereira Anastácio  
Gerente de Contabilidade  
CRC-RJ 61263/O - 0-T-BA